

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/06/2014 a 30/06/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Entrega do selo às empresas doadoras de crédito de carbono para compensação de emissões da Copa 2014 – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 02/06/2014 . 5	
53% dos paulistanos querem mais leis de proteção ambiental, diz Datafolha – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 02/06/2014..... 5	
Homem não controla o clima e mundo está esfriando, diz professor – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 03/06/2014..... 6	
Incra promove a primeira reunião do Grupo Nacional de trabalho do CAR – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/06/2014 8	
Burocracia no governo acaba prejudicando o ambiente, diz analista. Folha de São Paulo, Seminários Folha. 03/06/2014..... 8	
Hidrelétricas continuarão indispensáveis, dizem especialistas. Rafael Garcia – Folha de São Paulo, Ambiente. 04/06/2014 9	
Políticas ambientais. Julia Sweig – Folha de São Paulo, Colunistas. 04/06/2014 10	
Os avanços ambientais do Plano Diretor. Nabil Bonduki – Site da Carta Capital, Sociedade. 05/06/2014 11	
Rally da Pecuária/ABC traz panorama sobre a utilização de créditos disponibilizados – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 05/06/2014..... 13	
Mapa tem contribuído para uma agricultura sustentável – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 05/06/2014..... 14	
Copa terá quiosques e kit lanche orgânicos. Tânia Rabello – O Estado de São Paulo, Blogs. 05/06/2014..... 16	
Editorial: Evolução ambiental – Folha de São Paulo, Opinião. 05/06/2014 16	
A devastação que não aparece no mapa. Maurício Tuffani – Folha de São Paulo, Blogs. 05/06/2014..... 17	
Falta de planejamento estratégico está na base da crise de água. Eduardo Geraque – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 05/06/2014..... 18	
Para paulistano, poluição é o que mais preocupa na cidade e no país. Marcelo Leite – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 05/06/2014 19	
Na semana do Meio Ambiente, CNA lança Relatório de Sustentabilidade e nova ferramenta de Agricultura Sustentável – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio ambiente. 05/05/2014 20	
Sustentabilidade é destaque na abertura da Exposição Estadual Agropecuária – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio ambiente. 05/06/2014..... 22	
Contribuição do Brasil comprova que agropecuária do país é sustentável – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos econômicos. 05/06/2014..... 23	

Opinião: Conscientização ambiental avança, mas com poucos resultados. Maurício Tuffani – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 05/06/2014.....	24
Sustentabilidade da agropecuária brasileira é reconhecida pelo mundo – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio ambiente. 06/06/2014	25
Incra cria mais dois assentamentos no Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/06/2014.....	26
Intercâmbio entre Assentados do Litoral e do Agreste da Paraíba cria banco de sementes – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/06/2014.....	26
Cai interesse por agricultura com menos emissões. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 06/06/2014	27
Corporações fazem muito marketing ambiental, diz ativista. Paula Leite – Folha de São Paulo, Ambiente. 07/06/2014	28
Campanha Brasil Orgânico Sustentável é abordada na revista Ideias na Mesa – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/06/2014	30
No semiárido, a convivência com a seca. Paloma Rodrigues – Site da Carta Capital, Sociedade. 10/06/2014	31
Governo debate fomento às florestas plantadas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 10/06/2014	33
Incra reforça compromisso com agroecologia durante 13ª Jornada em Maringá/PR – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2014	34
Certificação de orgânicos dificulta chegada de produtos no mercado. Mariana Melo – Site do MST. 11/06/2014	35
Com agroecologia, acampados no sertão diversificam produção de alimentos. Ramiro Olivier – Site do MST. 11/06/2014	37
Primeiro posto para Cadastro Ambiental Rural já está funcionando no Acre – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/06/2014	38
Mercado interno de orgânicos cresceu 35% em 2013. Tânia Rabello – O Estado de São Paulo, Blogs. 11/06/2014	39
Instituições recebem certificado por combate à desertificação. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/06/2014	40
Cacau sustentável avança em São Félix do Xingu. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 17/06/2014	42
Izabella Teixeira (MMA), Mauro Borges (MDIC) e Clelio Campolina (MCTI) concedem entrevista coletiva sobre patrimônio genético - Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 20/06/2014	44
A segunda revolução verde. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 21/06/2014.....	44

Anteprojeto sobre agrobiodiversidade ignora direitos de agricultores familiares e indígenas. Juliana Santilli – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/06/2014...	45
Projeto Biomas apresenta resultados com sistemas integrados de produção agropecuária sustentáveis – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Notícias. 24/06/2014	50
Cambojanos tentam salvar lago de Tonle Sap de problemas ambientais. Chris Berdik – Folha de São Paulo, Ambiente. 24/06/2014	51
FAESC faz reuniões regionais para discutir Cadastro Ambiental Rural – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio Ambiente. 25/06/2014	52
Encontros de povos tradicionais do Sul e Centro-Oeste estão com inscrições abertas – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/06/2014.....	53
Regras para sistemas orgânicos de produção são ajustadas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/06/2014.....	54
Empresas podem doar crédito de carbono até dia 18. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/06/2014	55
ONU reforça ação ambiental, mas ricos e emergentes divergem. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Internacional. 30/06/2014.....	56

Entrega do selo às empresas doadoras de crédito de carbono para compensação de emissões da Copa 2014 – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 02/06/2014

O Ministério do Meio Ambiente entrega, nesta terça-feira (03/06), às 14h, no espaço Solar da Imperatriz, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o selo de Baixo Carbono para empresas doadoras de crédito de carbono para compensação de emissões da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Logo após a cerimônia, às 14h30, a programação da Semana de Meio Ambiente prossegue com o debate “Produção e Proteção: Os Desafios da transição para uma produção agropecuária sustentável e uma economia de baixo carbono no Brasil”.

Participam do debate Roberto Smeraldi (ONG Amigos da Terra), Juliano Assunção (PUC Rio e ClimatePolicyInitiative – CPI), André Nassar (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE) e Elizabeth de Carvalhaes (Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ). As discussões serão moderadas pelo secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Klink.

AVISO ÀS REDAÇÕES:

Jornalistas interessados em cobrir o evento devem fazer credenciamento prévio pelo e-mail imprensa@mma.gov.br

SERVIÇO

Pauta: Entrega do selo às empresas doadoras de crédito de carbono para compensação de emissões da Copa 2014 e debate sobre Mudanças Climáticas

Data: 3 de junho de 2014

Horário: das 14h às 18h

Local: Espaço Solar da Imperatriz, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro

53% dos paulistanos querem mais leis de proteção ambiental, diz Datafolha – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 02/06/2014

A questão ambiental não é um problema imediato para os paulistanos, mas se torna uma preocupação quando é detalhada.

Essa foi a conclusão da pesquisa realizada pelo Datafolha "Percepção do paulistano sobre questões ambientais".

Os resultados foram apresentados durante Fórum Sustentabilidade, na manhã desta segunda-feira (2).

"Quando perguntado qual é o principal problema do país, a questão ambiental não aparece. Porém, a partir do momento em que é apresentada, é algo que preocupa muito. Pode até não estar na lembrança, mas preocupa", afirma Mauro Paulino, diretor-geral do instituto de pesquisas.

A pesquisa foi realizada entre os dias 21 e 22 de maio, na cidade de São Paulo.

Para os paulistanos (32% dos entrevistados), o principal problema ambiental do Brasil é a poluição. Na sequência, vem a destruição das florestas, que apareceu em 19% das respostas.

A necessidade de preservar os recursos naturais foi uma opinião recorrente entre os entrevistados, tanto no que diz respeito a medidas governamentais como em mudanças de costumes.

A maioria dos paulistanos (53%) acredita que o país precisa de mais leis de proteção ao meio ambiente e aceitaria pagar mais pela conta de luz (69%) por uma energia mais limpa.

Sobre reciclagem, 63% dos entrevistados disseram que separam o lixo em casa, embora não exista coleta seletiva nos endereços de 64% dos moradores da cidade de São Paulo.

Os resultados completos da pesquisa serão publicados pela Folha na próxima quinta-feira (5), em um caderno especial sobre sustentabilidade.

Homem não controla o clima e mundo está esfriando, diz professor – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 03/06/2014

Esqueça tudo o que falaram sobre efeito estufa e aquecimento global, para o professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e pesquisador do Inpe, Luis Carlos Baldicero Molion, nada disso existe.

"Não existem mudanças climáticas atualmente, o homem não controla, absolutamente o clima global. Na verdade, vai haver um ligeiro esfriamento global nos próximos 15 anos", declarou Molion na manhã desta terça-feira (3), no segundo e último dia do Fórum de Sustentabilidade, promovido pela Folha.

Polêmico, o professor prega que os modelos climáticos usados pela maioria dos ambientalistas e climatologistas estão errados. Com isso, todas as projeções de aumento de temperatura "são fictícias", segundo Molion.

O professor usa o exemplo do gás carbônico, cuja emissão é criticada pela maioria dos ambientalistas. De acordo com Molion, o mundo natural –plantas, animais, o mar– jogam, por ano, 200 bilhões de toneladas de CO₂ no ar; a ação humana, no entanto, é responsável por "apenas 7 bilhões" de toneladas.

"O gás carbônico não controla o clima global, não faz sentido essa discussão toda em cima da emissão de gás carbônico. Ele não é um vilão, não é tóxico, é o gás da vida. Se acabasse o gás carbônico, acabariam as plantas", fala Molion.

O professor mostrou que, apesar da emissão do gás ter aumentado, a temperatura tem se mantido nos continentes. Segundo dados de satélite, a temperatura dos trópicos tem oscilado entre 1,5 grau positivo e 1,5 negativo desde 1979; os números desta medição mostram, inclusive, que desde 2007 a temperatura média dos trópicos vem caindo, mesmo com o aumento da emissão dos gases.

Molion vai ainda mais além desta tese. "Quanto mais CO2 na atmosfera melhor. Alguns estudos mostram que se dobrar o gás carbônico, as plantas aumentaram de produtividade. Reduzir as emissões é gerar menos energia elétrica é aumentar miséria e desigualdade no planeta", diz o professor.

Para ele, o efeito estufa não existe e "é uma forma de neocolonialismo" dos países mais ricos, uma vez que há uma pressão para que os países em desenvolvimento diminuam a emissão do CO2. "O efeito estufa nunca foi provado cientificamente. O protocolo de Kyoto indica que os países precisam reduzir 5,8% das emissões de gases, o que significa 0,3 bilhão de toneladas, um número pequeno demais."

TERRA FRIA

Na contramão da opinião científica, o professor afirma que o planeta está esfriando e não esquentando. Segundo Molion, a Terra já passou por quatro períodos quentes, alternados com outros mais frios. "O mundo está resfriando, o sol tem ciclo de 100 anos, ele já está 'no mínimo' desde 2008, o que leva os oceanos a esfriar."

Dados apresentados pelo professor indicam que a temperatura do Pacífico oscila entre quente e fria e, desde 2010, passa por um esfriamento. Para ele, os cientistas não conseguem observar tais dados pois falta a eles modelos corretos de análise dos mares. "A lua influencia as correntes marinhas, as placas tectônicas também, os modelos não levam isso em conta. Medir a maré é quase impossível"

Molion afirma que esse "esfriamento global" já aconteceu no século 20, entre 1943 e 1978, quando a temperatura do Pacífico esfriou como ele vê acontecendo agora. "Foi uma época ruim para São Paulo, as chuvas no Estado, e também onde fica o sistema Cantareira, foram reduzidas." Os números, no entanto, não batem com outros dados mostrados por Molion nesta mesma apresentação, quando mostrou que, entre 1941 e 1950, década que teve 78 "tempestades severas" notadas em São Paulo.

"Catástrofes sempre existiram, esteja o clima quente ou frio", sentencia. "O clima varia por causas naturais. Afinal, se soubéssemos com certeza para onde o clima vai, para que existem os climatologistas?", brinca Molion. Para ele, a teoria do aquecimento global já é tão enraizada entre os cientistas que é bem difícil um pesquisador procurar algo diferente.

De fato, Molion tem posições extremamente diferentes da comunidade científica. Segundo o professor, o degelo do Ártico e do Antártico "não está acontecendo". O Ártico, mostra Molion a partir de dados de satélite, tem uma variação na cobertura de gelo desde 1979. "Desde 1979 o gelo começou a cair, em 1995 atingiu o mínimo, se recuperou um pouco, em 2007 voltou a cair, mas atingiu a sua mínima em 2012. Os dados mostram que o gelo já está voltando a subir desde então."

Na Antártica a situação é mais otimista. De 1979 para cá, o gelo só tem aumentado. "A Antártica tem ganho 60 bilhões de toneladas de massas de gelo por ano". Assim, a maré não está aumentando.

Mesmo com posições díspares do discurso ambientalista estabelecido, Molion não se diz contra a preservação do ambiente. "Não é porque acho que o homem não impacta na

temperatura da terra que eu não defenda a conservação ambiental. Eu defendo a conservação, porque é de extrema importância para a humanidade."

Incra promove a primeira reunião do Grupo Nacional de trabalho do CAR – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/06/2014

Foi realizada nesta segunda-feira (2), na sede do Incra, em Brasília (DF), a primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) nacional responsável pela elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O objetivo do encontro foi discutir o impacto nas rotinas da autarquia e sugerir alterações para cadastrar os assentamentos no sistema de regularização ambiental coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Como resultado, a atividade - que reuniu representantes das superintendências regionais do Incra - pretende apresentar uma proposta de instrução normativa (IN) para auxiliar os servidores na regularização ambiental dos assentamentos da reforma agrária.

Segundo o coordenador geral de Meio Ambiente do Incra, Carlos Eduardo Sturm, as reuniões servirão para orientar os servidores e assentados na elaboração do cadastro. Ele explica que serão necessários outros encontros a fim de discutir o impacto dos procedimentos e avaliar o andamento da regularização ambiental das áreas destinadas à reforma agrária no Brasil. Para se ter uma dimensão do trabalho, o Incra já criou 9.137 assentamentos e a responsabilidade pela emissão dos cadastros será da autarquia, que o fará por meio de suas 30 superintendências regionais.

O CAR

O Cadastro Ambiental Rural constitui uma base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. Nos assentamentos da reforma agrária, a responsabilidade pela elaboração do CAR é do Incra.

Burocracia no governo acaba prejudicando o ambiente, diz analista. Folha de São Paulo, Seminários Folha. 03/06/2014

A burocracia ambiental brasileira não é ruim apenas para empresários que precisam de autorizações de órgãos do governo para levar em frente seus empreendimentos. A complexa gestão da matéria no país atrapalha até mesmo o setor ambiental.

A avaliação é de André Ferretti, coordenador de Estratégias de Conservação da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza.

Junto com Nelson Pereira dos Reis, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e vice-presidente da instituição, ele participou, na manhã desta terça-feira (3), de uma das mesas do Fórum Sustentabilidade –terceiro seminário da série promovida pela Folha para discutir o cotidiano dos brasileiros.

Os dois subiram ao palco do MIS (Museu de Imagem e do Som de São Paulo), onde acontece o evento, para discutir burocracia no setor.

Ferretti cita o caso de ruralistas que fizeram requerimento para oficializar em suas propriedades unidades de conservações particulares, mas encontraram dificuldades e tiveram de passar anos nesse processo.

Além disso, não há, segundo ele, um cadastro nacional unificado dessas áreas que deixe claro seus perímetro. "No caso do georreferenciamento, poucas são as unidades que tem os limites estabelecidos e divulgados. É importante, se você fizer uma obra, saber onde as unidades estão", destaca.

RESPONSABILIDADES

Para Reis, os órgãos ambientais ainda cometem um erro que os prejudica: eles exercem controle prévio excessivo.

"Hoje já existe uma maturidade empresarial que sabe cumprir as suas obrigações [ambientais]. Você não precisa ter tantos controles prévios, mas fiscalização, verificar se estão fazendo o que disseram que iam fazer. E não exigindo uma série de relatórios".

Na opinião de Reis, ao "transferir responsabilidade ao empreendedor e exercer menos controle", "você vai poder trabalhar esse recurso técnico que tem nas agências, que pode ser mais aproveitado do que ficar na burocracia, olhando papéis –se o empresário cumpriu, se anexou, se tem tal parecer".

De acordo com ele, a Fiesp fez levantamento sobre a quantidade de regulação de empreendimentos e chegou ao número de 1.000 normas ambientais –entre leis, decretos e portarias.

"Notamos muitos conflitos nessas normas. Superposições e leis conflitantes, por exemplo. A gente precisa evoluir no sentido de a partir desse ordenamento construir um novo arcabouço legal e normativo para que você tenha mais rapidez e precisão", analisa.

Isso faz que prazos para conseguir licenciamentos cheguem a durar média de dois anos. Ele afirma que o licenciamento é condicionado a questões que dizem respeito mais a políticas que a necessidades mesmo do empreendimento. Entre as exigências, plano de mudanças climáticas, de emissões de gases de efeito estufa ou audiências públicas com a sociedade.

Para Reis, tudo isso desestimula o empreendedor. "Você vai comprar energia, mas você não sabe a origem dela. Como vou fazer o plano de emissões [de gases] sem saber?"

Ferretti discorda. "A partir do momento que tem uma política nacional de mudanças climáticas, um plano de adaptação para mudar drasticamente nossa forma de relação com a questão das emissões, então é fundamental que se conheça e se inventarie, se estime quanto um empreendimento deve emitir e que seja monitorado para saber se as estimativas estão sendo concretizados", afirma.

Hidrelétricas continuarão indispensáveis, dizem especialistas. Rafael Garcia – Folha de São Paulo, Ambiente. 04/06/2014

O Brasil tem muito sol e muito vento, e tecnologias de energia solar e eólica chegam agora ao ponto em que passam a ser economicamente viáveis. Para o país desenvolver

esse potencial de eletricidade renovável, porém, é preciso manter o lastro da matriz energética nacional no sistema hidrelétrico.

Esse foi o consenso no debate que reuniu nesta terça (3) três autoridades do país em energia: Jerson Kelman, ex-presidente da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Márcio Zimmermann, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, e Nivalde de Castro, líder do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ. O encontro foi promovido pelo Fórum de Sustentabilidade, da Folha, em São Paulo.

"Temos uma quantidade gigantesca de energia eólica a ser explorada, algo como 400 mil megawatts", afirmou Castro. "Hoje, tudo aquilo o que temos instalado soma 120 mil megawatts." Mas esse potencial requer a base de segurança das hidrelétricas, diz.

"A intermitência do vento deve ser compensada pela água que está nos reservatórios. Quando venta muito, fechamos a torneira das hidrelétricas. Quando venta pouco, abrimos", disse Kelman.

Para o ex-presidente da Aneel, apesar da intermitência, até a energia solar já é competitiva no país -no caso de painéis fotovoltaicos em tetos de casas, que ajuda a abater custos de distribuição. Para a tecnologia vingar, afirma, resta uma mudança de na política de preços do sistema, que hoje não diferencia a energia "local" daquela que precisou ser transportada por longas distâncias.

Os debatedores ponderaram se as energias do sol e do vento poderiam substituir a eletricidade das termelétricas, que hoje corresponde a até 25% da geração, mas é indesejada por ser cara e implicar emissão de gases-estufa.

Para isso, seria desejável corrigir o problema de intermitência da própria hidroeletricidade. Chuvas escassas desde 2012, por exemplo, obrigam o governo a manter termelétricas em operação.

Parte da solução seria a construção de mais usinas com reservatórios grandes o suficiente para armazenar água por um ano ou mais. Mas há um gargalo aí.

"O maior potencial para grandes reservatórios era no Sudeste e no Centro-Oeste, mas a maioria deles já foram feitos", diz Zimmermann. "O potencial restante é na Amazônia, região de planície. Lá, usinas com regularização plurianual [estoque de energia por mais de um ano] precisam de reservatório com milhares de km²." O risco, diz, é afogar amplas florestas para criar usinas não tão potentes.

Políticas ambientais. Julia Sweig – Folha de São Paulo, Colunistas. 04/06/2014

Embora não esteja muito na moda elogiar o presidente Obama, nesta semana ele recebe meu agradecimento por lançar o que pode entrar para a história como um dos mais importantes passos adotados até hoje por uma grande economia em nome da mitigação da mudança climática.

Detalhes importam, e já falarei deles. Mas por que tanta gratidão? Primeiro, ele mostrou liderança em assegurar a saúde do ambiente no planeta, a longo prazo.

A curto prazo, e de forma mais egoísta, graças a Obama, não tenho de escrever outro lamento sobre como a Copa vai mostrar ao mundo "por que o Brasil é tão bagunçado" ou oferecer uma visão "estratégica" da reunião entre o vice-presidente Biden e Dilma, na semana que vem.

A proposta de Obama cortaria as emissões de gás carbônico pelo setor energético em todo o país em 30% menos do que os níveis de 2005 –níveis que eram, note-se, 10% mais altos do que os de 2012.

Nos EUA, a poluição por gás carbônico corresponde a quase 40% das emissões de gases estufa.

Usinas de carvão, principalmente na era do gás natural, já tiveram dias melhores. Levará ao menos um ano para que as novas regras entrem em vigor. Haverá litígios de Estados dependentes de combustíveis fósseis e muito blá-blá-blá sobre como Obama está acabando com os empregos dos americanos.

Mas meu palpite é o de que incentivos morais e econômicos à transição rumo a uma economia de baixo carbono abafará essas vozes.

Outra grande economia, o Brasil, é o quinto maior emissor do mundo de gases estufa, não por causa de usinas de carvão, mas, em larga medida, por causa da agricultura. Emissões da agricultura cresceram 20% entre 2005 e 2010, o que dá mais de um terço do total do país.

E, apesar de o Brasil ter reduzido emissões relacionadas ao desmatamento em mais de 70% entre 2005 e 2010, a persistência do desmatamento e as mudanças no uso da terra ainda respondem por dois terços das emissões brasileiras.

De acordo com o Instituto de Recursos Mundiais –que viabiliza parcerias muito inovadoras com a Embrapa e a Unicamp–, se deixadas sem fiscalização, as emissões relacionadas à agricultura estão destinadas a crescer 23% até 2030.

O Brasil planeja reduzir emissões em até 39% até 2020. O seu programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) contribuirá a atingir a meta. Porém, o programa recebe poucos fundos e está demorando para entrar em prática.

Uma nova iniciativa, Protocolo de Gases Estufa, pode ajudar ao fornecer ao agronegócio um meio de padronizar, medir e relatar o impacto das emissões de gases estufa sobre o setor.

Ciclos eleitorais e outras diferenças tornam imperfeita a comparação entre as estratégias americana e brasileira. Mas concordo com Todd Stern, negociador-chefe dos EUA para o clima, que me disse que a iniciativa de Obama dá "boas notícias às negociações do clima", que dependem "principalmente das grandes economias" para ser eficaz.

Talvez quando Biden se reunir com Dilma, após o jogo entre EUA e Gana, eles tenham, afinal, uma agenda estratégica para debater.

Os avanços ambientais do Plano Diretor. Nabil Bonduki – Site da Carta Capital, Sociedade. 05/06/2014

A construção da sustentabilidade não se restringe à proteção das áreas prestadoras de serviços ambientais nem à criação de parques

Hoje, Dia Internacional do Meio Ambiente, a Câmara Municipal de São Paulo realizou uma das últimas audiências públicas do processo participativo de revisão do Plano Diretor Estratégico, do qual fui relator. Ambientalistas, agricultores familiares, cicloativistas, técnicos, acadêmicos, cidadãos e cidadãs estiveram presentes para reivindicar a imediata aprovação do Plano, para garantir os avanços que ele traz na questão ambiental.

Para compreender esses avanços é preciso retomar alguns conceitos fundamentais. Primeiro, cabe diferenciar e qualificar os termos preservação, conservação e proteção ambiental, usualmente confundidos. Preservação significa manter como está, não admitindo nenhum uso direto dos recursos naturais. Já a conservação implica no uso consciente, racional e sustentável desses recursos, para diferentes finalidades, desde a produção de água e alimentos até o lazer e fruição, todos necessários à vida urbana. Proteção, termo mais amplo, significa cuidar, e abrange desde a preservação estrita à recuperação das áreas degradadas, passando pelas diversas estratégias de conservação, adequadas ao que se pretende proteger.

Segundo, cabe elucidar o termo sustentabilidade, tão desgastado pelo uso frequente e nem sempre adequado. Sustentabilidade implica em, no mínimo, três dimensões: a ambiental, a social e a econômica, de forma tão indissociável, que se uma delas não for atendida, a sustentabilidade não existe. Acrescentamos, ao tratar da sustentabilidade urbana, mais duas: a cultural e a territorial, pois o direito ao meio ambiente e o direito à cidade nada tem de antagônicos. Pelo contrário, se equiparam enquanto direito à vida, o que nos remete à dimensão mais ampla, e talvez mais esquecida, do conceito de sustentabilidade, a dimensão ética.

Isso posto, voltemos ao Plano Diretor Estratégico, no qual buscamos responder ao desafio de construir, com a participação de cidadãs e cidadãos paulistanos, a sustentabilidade e a justiça socioambiental, diante da complexidade do município de São Paulo.

Ao dividir o território do município em duas macrozonas, a de Proteção e Recuperação Ambiental e a de Estruturação e Qualificação Urbana, o Plano Diretor reconhece as características e atributos ambientais do território, que permanecem ainda que o processo histórico de ocupação da cidade não os tenha respeitado como deveria. Em ambas as macrozonas, o PDE define macroáreas, de acordo com características atuais de ocupação, apontando diretrizes para a Lei de Uso e Ocupação do Solo e os Planos Regionais que tratarão, de forma participativa, de desenhar a sustentabilidade urbana na escala local.

Na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, o Plano incorpora a legislação estadual de proteção aos mananciais, que no município de São Paulo abrange as bacias hidrográficas Guarapiranga e Billings. A legislação estadual não as define como áreas de preservação, mas de proteção, estabelecendo também um zoneamento que define o que deve ser preservado e o que deve ser conservado nesse território. O PDE incorpora esse zoneamento, e só permite as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS –

destinadas à reurbanização de assentamentos habitacionais precários e à provisão de moradia de interesse social, onde a legislação estadual também as permite. Não há nenhuma contradição entre habitação e a legislação de proteção aos mananciais, portanto.

Ao estabelecer a Zona Rural no extremo Sul do Município, o PDE assegura a proteção das áreas produtoras de água para a Região Metropolitana de São Paulo, estabelecendo um limite claro à expansão urbana e propondo para a região um polo de desenvolvimento rural sustentável, ancorado na agricultura orgânica e no ecoturismo como atividades estratégicas para a inclusão social produtiva. O reconhecimento desse território rural garante aos agricultores familiares o acesso a políticas públicas do Governo Federal e assegura a compra da sua produção para a alimentação escolar, e a todos os paulistanos a valorização do patrimônio ambiental e cultural da região.

O Plano Diretor também regulamenta o instrumento Pagamento por Serviços Ambientais, para viabilizar a conservação das florestas e das águas, remunerando seus possuidores para que continuem a conservá-las. Assim se assegura, com justiça socioambiental, a conservação dessas áreas.

São propostos 163 novos parques, distribuídos por todo o território municipal. Para viabilizá-los, o PDE enquadra suas áreas como Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPAM, restringindo o potencial construtivo dessas áreas e permitindo que seus proprietários possam transferi-lo, doando ao município as áreas em troca do valor obtido com a transferência. Propomos também um fundo específico para os novos parques, um tipo de crowdfunding municipal, onde pessoas físicas e jurídicas poderão doar dinheiro. Para cada real doado, a Prefeitura destinará ao fundo o mesmo valor.

Além disso, o PDE prevê a elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica, para proteger os remanescentes dessa floresta, e assegura as áreas de preservação permanente urbanas, que compreendem as nascentes, margens de cursos d'água, várzeas e cabeceiras de drenagem.

Diante da diversidade e complexidade do município de São Paulo, a construção da sustentabilidade não se restringe à proteção das áreas prestadoras de serviços ambientais nem à criação de parques. Ela se impõe também a toda a ordenação territorial da cidade. Ao aproximar a moradia do emprego e do transporte e priorizar o transporte coletivo e não motorizado, o PDE atende também às diretrizes e recomendações da Política Municipal de Mudanças Climáticas, que deverão ser mais detalhadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo, nos Planos Regionais e na Revisão do Código de Obras. Por isso sua aprovação é tão importante.

Rally da Pecuária/ABC traz panorama sobre a utilização de créditos disponibilizados – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 05/06/2014

Na amostra, 24% da área de pastagem é conduzida com tecnologias diretamente ligadas ao plano de redução nas emissões de carbono.

O Rally da Pecuária/ABC trouxe resultados importantes para a pecuária no Brasil e em relação à utilização das técnicas de manejo sustentável do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). A pesquisa realizada em conjunto pela Agroconsulte

pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), mostrou que mais de 20% dos produtores entrevistados durante o Rally já adotam tecnologias fomentadas diretamente pelo Plano ABC.

Na amostra do Rally da Pecuária, 24% da área de pastagem é conduzida com tecnologias diretamente ligadas ao plano de redução nas emissões de carbono. Em 18,5% da área que foi estudada houve a conversão do pasto em área agrícola, o que proporciona recuperação e uma melhor utilização do solo. De acordo com o secretário da SDC, Caio Rocha, isso desmistifica a premissa de produtores que acreditam que a agricultura pode prejudicar a pecuária. “Pelo contrário, a agricultura e a pecuária se complementam, trazendo benefícios para o solo, gerando uma maior produtividade para os produtores e melhorando a infraestrutura para a região”, disse.

Segundo o levantamento, as principais tecnologias do Plano ABC aplicadas em campo foram a conversão de áreas em agricultura (113,9 mil hectares), a recuperação de áreas degradadas (46,6 mil hectares), o plantio direto (32,8 mil hectares) e a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iPLF).

A pesquisa mostrou ainda que 47,2% da amostragem está em processo de degradação e precisa sofrer intervenção nos próximos meses. “O pecuarista ainda aproveita muito pouco das tecnologias disponíveis, se comparado aos agricultores. Por isso, estamos trabalhando para mudar essa realidade. Com esse estudo detalhado da aplicação do Plano ABC, podemos verificar quais as principais carências e o que os pecuaristas precisam para aderir. Isso certamente trará mais tecnologia, sustentabilidade e principalmente renda para o produtor”, explicou.

Caio ressaltou que mesmo com as tecnologias se faz necessário que haja assistência técnica para o pequeno e médio produtor. “Estamos também investindo neste quesito, para que os pecuaristas e agricultores possam usar dessas tecnologias disponíveis da melhor forma possível. É a união entre o crédito e a extensão”, afirmou.

Os dados divulgados esta semana em relação ao Rally do ABC ainda são preliminares. A pesquisa completa, incluindo depoimentos dos produtores sobre o Plano será divulgada nas próximas semanas.

O Rally

As cinco equipes técnicas do Rally visitaram propriedades em 169 municípios dos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Rondônia e Minas Gerais, em um total de 55 mil quilômetros percorridos, mapeando e fotografando pastagens, e entrevistando cerca de 120 pecuaristas. A edição 2014 teve início em 24 de abril, em Campo Grande, e terminou no dia 28 de maio, com o levantamento de informações, in loco, das condições das pastagens e da bovinocultura das áreas de cria, recria, engorda e confinamento do país.

Mapa tem contribuído para uma agricultura sustentável – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 05/06/2014

Em um contexto mundial no qual a premissa é conservar e preservar o meio ambiente de forma sustentável a fim de que as próximas gerações possam usufruir dos bens naturais, assim como esta geração tem desfrutado, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) disponibiliza tecnologias e créditos para que o produtor rural possa se aperfeiçoar e utilizar no campo técnicas que ajudem a preservar o solo e a água, obtendo ainda maior produtividade e rentabilidade.

“Por isso, neste dia 5 de junho, Dia Mundial da Ecologia e do Meio Ambiente, o Brasil tem muito a comemorar. O Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) já disponibilizou mais de R\$ 6,7 bilhões. São recursos para financiar práticas sustentáveis, o que tem auxiliado o país a aumentar a produção e reduzir a emissão de gases de efeito estufa”, explica o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller.

Os recursos para o Programa ABC durante a safra 2014/2015, programados pelo Plano Agrícola e Pecuário (PAP), chegam a um total de R\$ 4,5 bilhões. Nesta temporada, os produtores terão um limite de crédito maior, chegando a R\$ 2 milhões por beneficiário, com juros entre 4,5% e 5% ao ano.

Com os recursos, os produtores podem investir em práticas como a recuperação de pastagens, o plantio direto e a integração Lavoura-Pecuária-Floresta, técnicas que contribuem para a redução da emissão de carbono na agricultura e na pecuária, a fim de que o Brasil atinja o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020. “Não é somente um pacto ambiental. É um compromisso com os nossos agricultores. Por meio dessas tecnologias, eles estarão fazendo uma agricultura sustentável, obtendo mais renda e produzindo ainda mais e com mais qualidade”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Caio Rocha.

Em relação aos recursos hídricos, o Mapa, por meio da SDC, tem desenvolvido uma política de irrigação voltada para a preservação dos rios e lençóis freáticos. Atualmente, 96% da agricultura irrigada é de iniciativa privada, totalizando 6,2 milhões de hectares de área irrigada. O objetivo do Ministério da Agricultura é atingir, até 2030, pelo menos 14 milhões de hectares. De acordo com os estudos, o potencial brasileiro a ser atingido com a agricultura irrigada é de 30 milhões de hectares.

Para atingir esses objetivos, o produtor rural pode aderir à agricultura irrigada com linhas de crédito em que os juros são de apenas 3,5% ao ano. “As taxas de juros mais baixas, a carência de até três anos para começar a pagar e ainda os prazos estendidos para quitar os empréstimos têm estimulado os produtores a inovar, aumentando a produção e preservando os recursos naturais”, explicou Rocha.

Para o secretário de Desenvolvimento Agropecuário, não basta apenas incentivar o crédito, mas capacitar os produtores para o melhor uso das tecnologias. “Também estamos trabalhando neste quesito. Para este ano, o governo federal já garantiu R\$ 100 milhões que serão investidos em capacitação. Então teremos inovação, irrigação, armazenagem e assistência técnica, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para uma agricultura sustentável”, disse.

Copa terá quiosques e kit lanche orgânicos. Tânia Rabello – O Estado de São Paulo, Blogs. 05/06/2014

Quiosques com produtos orgânicos e da agricultura familiar são a aposta do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para divulgar a agricultura orgânica e familiar do País – dentro do projeto Brasil Orgânico e Sustentável – durante a Copa do Mundo de futebol, que começa no dia 12 de junho. Em São Paulo, um desses quiosques estará montado no Vale do Anhangabaú, no centro da capital, e ofertará produtos de várias cooperativas de produtores.

Segundo o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, estes quiosques serão montados nas dez cidades-sede da Copa do Mundo, entre os dias 11 e 17 de junho. A informação foi dada por Campos durante palestra no 10º Fórum Internacional de Agricultura Orgânica e Sustentável, realizado no dia 5 de junho, em São Paulo (SP), durante a BioBrazil Fair/Biofach América Latina, evento voltado a produtos orgânicos, naturais e sustentáveis, que prossegue até o dia 7 de junho, sábado, no Pavilhão da Bienal, no Parque do Ibirapuera.

“Não só visitantes estrangeiros, como os próprios brasileiros, poderão tomar conhecimento da produção orgânica e familiar brasileira. “E não é só isso: os 20 mil voluntários arregimentados pelo governo federal para trabalhar durante a Copa receberão um kit de alimentos orgânicos e da agricultura familiar, com sucos orgânicos, castanhas, frutas secas e bolos, em mais uma iniciativa de promoção da alimentação saudável, já que o desafio de erradicar a fome no Brasil já está quase concluído. Temos de partir agora para melhorar a qualidade da alimentação”, disse Campos. Ele lembrou que, enquanto os voluntários da Fifa vão “comer no Mc Donald’s – patrocinador oficial da Copa do Mundo -, os nossos voluntários vão receber produtos orgânicos, naturais e sustentáveis e, ainda por cima, com este projeto, vamos incentivar a produção de mais alimentos deste gênero e o nossos produtores”, ironizou.

As capitais que abrigarão esses quiosques orgânicos são Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

Editorial: Evolução ambiental – Folha de São Paulo, Opinião. 05/06/2014

"Sustentabilidade", tema do terceiro SeminárioFolha, realizado nesta semana, é um desses conceitos abstratos que, apesar da vagueza, adquirem vida própria por enfeixar uma gama de emergências em busca de soluções: energia, água, poluição, lixo, desmatamento, clima –a lista é extensa.

Há duas características comuns a todas elas: a complexidade e a inércia dos sistemas técnicos, dos mercados e da infraestrutura que ora esbarram na saturação.

O abastecimento de água na área metropolitana de São Paulo, por exemplo, vive há décadas no limiar de uma crise. Esse aperto decorre da contínua expansão da mancha urbana numa região de baixa disponibilidade hídrica.

Até há pouco a administração do problema pela Sabesp pautou-se pelas obras tradicionais, destinadas a aumentar a produção de água. Só em anos recentes, com o

encarecimento das soluções de engenharia, a estatal passou a enfrentar desafios pelo lado da demanda, como a óbvia providência de diminuir perdas na distribuição.

O Brasil, como um todo, tem ainda inaceitáveis 36,9% de desperdício de água, contra menos de 10% em nações desenvolvidas.

O índice de tratamento de esgotos, 38,7%, está muito aquém do que seria de esperar com o nível de renda que o país já alcançou; a China, em patamar mais baixo de renda per capita, se avizinha de invejáveis 65%.

No campo da geração de energia, o Brasil ostenta uma das matrizes mais limpas do planeta, com cerca de 80% da eletricidade oriunda de fontes renováveis. Porém, com o esgotamento do potencial nas regiões mais propícias, Sudeste e Centro-Oeste, resta o da Amazônia, onde teriam de prevalecer reservatórios gigantescos, com grande impacto social e ambiental.

Nesse caso, também é recente a participação, na matriz, de outras fontes renováveis, como a energia dos ventos e do bagaço de cana. Aqui, o que viabilizou essa mudança foi o desenvolvimento tecnológico e comercial das fontes alternativas, que alcançaram preços competitivos de geração.

Outro desastre brasileiro, as taxas de desmatamento, dá provas de que as soluções existem e que é preferível criar políticas públicas e encontrar meios para investir na direção correta a se perder em discussões intermináveis sobre atribuição de culpas.

A destruição caiu de forma consistente na última década e, com isso, o Brasil deu a maior contribuição de um país para reduzir emissões que aceleram o efeito estufa.

O seminário não deixa dúvidas: é bom discutir soluções práticas e técnicas, com menos ideologia; concretizá-las é ainda melhor.

A devastação que não aparece no mapa. Maurício Tuffani – Folha de São Paulo, Blogs. 05/06/2014

Além do desmatamento do tipo “corte raso” que já alcançou 759 mil quilômetros quadrados da Floresta Amazônica até 2013, apontados em reportagem minha nesta quinta-feira, Dia do Meio Ambiente, no caderno especial “Sustentabilidade”, da Folha, há outras formas de devastação na região, como indicou o próprio texto. Este post traz mais informações sobre isso.

Essa extensão total desmatada, que corresponde às áreas em amarelo no mapa acima, equivale à metade do Amazonas, ou, em números internacionais, é maior que o triplo da área do Reino Unido ou que o dobro da Alemanha. Mas ela não inclui áreas que foram muito danificadas pela extração predatória de madeira e principalmente pelo agravamento da degradação onde houve incêndios no passado.

Por serem essas áreas degradadas predominantemente “cicatrizes de incêndios florestais”, seu comportamento anual é muito influenciado por variações climáticas, como afirmou Dalton Morrison Valeriano, gerente do Programa Amazônia do Inpe.

A degradação sem corte raso aconteceu em 2007 em 15,9 mil quilômetros quadrados e, no ano seguinte, cresceu cerca de 72%, alcançando 27,4 mil quilômetros quadrados — uma área aproximadamente igual à do estado de Alagoas. Quase metade, mais exatamente 47% dessa área degradada em 2008 correspondeu somente no Mato Grosso, como mostra a tabela a seguir.

“Interpretamos que o aumento em 2008 foi causado pelo fato de que 2007 foi um ano seco, com alta frequência de incêndios”, afirmou Valeriano.

Esse tipo de degradação diminuiu para 13,3 mil e 7,5 mil quilômetros quadrados em 2009 e 2010, respectivamente, indicados na tabela a seguir. “Devemos divulgar os dados de 2011, 2012 e 2013 em breve”, disse o gerente do Inpe.

Falta de planejamento estratégico está na base da crise de água. Eduardo Geraque – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 05/06/2014

Aumentar a quantidade de água para uso humano sem explorar nenhuma nova represa ou rio. O desafio, escancarado pela atual crise hídrica que São Paulo vive, precisa ser enfrentado nos próximos anos, segundo debatedores presentes no Fórum de Sustentabilidade da Folha, na segunda-feira (2), no MIS (Museu da Imagem e do Som).

A lista de soluções tem várias opções, diz Stela Goldenstein, diretora-executiva da ONG Associação Águas Claras do Rio Pinheiros.

"Em vez de mais represas, novas captações, precisamos de uma gestão sustentável dos recursos hídricos", explica a especialista, também ex-secretária de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Para Stela, o foco deveria recair sobre o reúso da água e o uso equilibrado das águas subterrâneas. "Não podemos, por exemplo, lavar mais as ruas com água potável", afirma a especialista.

O planejamento estratégico de recursos hídricos, no contexto de mudanças climáticas — no futuro, deve chover menos, mas de forma mais concentrada em São Paulo—, é essencial, defende José Galizia Tundisi, presidente do Instituto Internacional de Ecologia, em São Carlos (a 232 km de São Paulo).

IMPACTO ECONÔMICO

Para Tundisi, sem uma percepção integrada do problema, a falta de água gerará impacto econômico relevante em um Estado como São Paulo. "Nós somos o maior produtor de suco de laranja do mundo, setor que depende muito da água."

O pesquisador vai além das soluções apresentadas por Stela. "A preservação dos mananciais também é fundamental, não apenas para o abastecimento público, mas para a preservação da biodiversidade", afirma.

Cálculos mostrados por ele revelam que o tratamento da água de um manancial rodeado por mata —diferentemente do que ocorre na Guarapiranga, por exemplo— custa aproximadamente um décimo do que o de represas com o entorno degradado.

Tanto para Stela como para Tundisi, seja na atual crise hídrica por que São Paulo passa, seja para o futuro, as tarifas precisam ser revistas. Ambos afirmaram ser a favor da multa para quem usar a água de forma indevida.

Outro problema a ser solucionado são os vazamentos, ainda altos no Brasil.

"Se uma empresa de saneamento perde 50%, significa que tem de produzir o dobro de água para distribuir o volume que vende aos consumidores", ressalta Vicente AndreuGuillo, diretor-presidente da ANA (Agência Ambiental de Águas), também no seminário.

Para paulistano, poluição é o que mais preocupa na cidade e no país. Marcelo Leite – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 05/06/2014

A paisagem do imaginário paulistano sobre a preservação ambiental delineada pela pesquisa Datafolha apresenta meia floresta derrubada e meia floresta em pé. Um pouco mais derrubada que em pé, a julgar pela nota vermelha que lhe atribui (4,1).

A boa nova é que os moradores da metrópole já se dão conta de que o ambiente não é só a natureza distante, mas a cidade inviável que os cerca. Além disso, eles se dizem dispostos a pôr a mão no bolso para melhorar a situação.

Para os paulistanos é a poluição, e não a Amazônia, o principal problema ambiental do país (32%) e o de São Paulo (41%). Na opinião da maioria, a contaminação aumentou (81%) ou ficou igual (15%) na metrópole. Daí a avaliação ainda pior do ambiente urbano: 3,6.

A notícia que não é boa nem nova é que a imagem do ambiente ainda comporta muita inconsistência e desacerto. As convicções dos paulistanos nem sempre se alinham com as suas prioridades.

ÁGUAS TURVAS

É desconcertante, por exemplo, que em meio à maior crise de abastecimento de água em décadas, o lixo venha antes do saneamento básico como principal problema da cidade (16% a 14%). Melhor dizendo, empatado, pois a margem de erro da pesquisa com 825 entrevistados é de três pontos percentuais.

Seria de esperar que surgisse na dianteira –35% declaram já sofrer interrupções no fornecimento de água.

Por outro lado, há uma inversão quando a pergunta é pela primeira providência a tomar pelo ambiente: 24% indicam investir em saneamento básico, água incluída. Estimular fontes não poluentes de energia (13%) e despoluir rios (12%) ficam, porém, num distante segundo pelotão.

Também preocupa a falta de clareza quanto à responsabilidade pelo risco de faltar água na região metropolitana. Embora o governo estadual apareça corretamente com 73%, está tecnicamente empatado com a própria população (70%) e os governos federal (69%) e municipal (68%).

CLIMA E FLORESTAS

Não sumiram do radar do paulistano, contudo, a Amazônia e a mudança do clima (pois o desmatamento é uma das principais fontes de gases do efeito estufa no Brasil). Mas a paisagem é nebulosa.

Se a destruição de florestas aparece em segundo lugar (19%) como principal problema ambiental, o clima é relegado a um rodapé de 2%. E com o aquecimento global cravando um rele 1% na companhia da falta de chuvas.

Isso apesar de o aumento do efeito estufa ser do conhecimento de 96% dos entrevistados. E de a maioria dizer que seus efeitos são preocupantes para o planeta (88%), para os brasileiros (85%) e para sua própria vida (81%).

Em contraste, nada menos que 69% dos ouvidos se declaram dispostos a pagar mais na conta de luz por fontes de energia que não agravem o aquecimento global. Parece um campo inesperado para a introdução de um imposto ambiental, mas cabe tomar o resultado com um grão de sal –é óbvio que um aumento de tarifa provocaria faíscas.

ÍNDIOS E ONGS

A maioria dos paulistanos (53%) ainda confia que novas leis sejam necessárias para o ambiente. Mas não necessariamente suficientes: 40% dizem que o país tem boa legislação, só que não é aplicada.

A mais nova e famigerada lei ambiental do país é o Código Florestal. O paulistano tem noção do lado para o qual ele pende: o agronegócio, não as florestas (44%); 31% o têm como equilibrado, e 9% dizem que privilegia as matas.

Diante disso, é natural que os entrevistados culpem os políticos pelo desmatamento, depois dos madeireiros (72%): 66% atribuem muita responsabilidade ao Congresso, e 65% ao governo federal. Os fazendeiros se saem melhor, indigitados por 57%.

É intrigante, porém, que um quarto da população diga que ONGs ambientais (27%) e índios (26%) tenham muita responsabilidade. Só uma minoria (24% e 40%, respectivamente) os isenta de qualquer papel na destruição florestal.

Na semana do Meio Ambiente, CNA lança Relatório de Sustentabilidade e nova ferramenta de Agricultura Sustentável – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio ambiente. 05/05/2014

O dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, é comemorado há 43 anos em todo o mundo. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), voz de mais de 5 milhões de produtores rurais, se empenha ano a ano na divulgação da força sustentável do agrobrasileiro, que contribui para a enorme poupança ambiental do País - 61% de florestas nativas preservadas. Nesta semana, a CNA Brasil lança o site Agrosustenta e seu primeiro relatório de Sustentabilidade.

Ao divulgar o relatório, finalizado no dia 2 de junho, a CNA reafirma o compromisso com a produção sustentável. Além das ações de responsabilidade socioambiental, mostra que o setor agropecuário é capaz de reduzir em 22,5% a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), contribuindo para que o País cumpra o compromisso assumido, em 2009, durante a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações

Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15). O Brasil já cumpriu 88% da meta de redução do desmatamento prevista para 2020. O aumento de mais de 178% na produtividade do campo, entre 1976 e 2013 comprova a sustentabilidade da agropecuária brasileira. Fruto de investimentos em pesquisa, tecnologia e conhecimento.

Este primeiro Relatório de Sustentabilidade traz ainda as ações do Instituto CNA (ICNA) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Responsável pela disseminação de conhecimento no meio rural, o SENAR oferece cursos gratuitos aos produtores e trabalhadores rurais do Brasil, capacitando-os a adotar práticas agrícolas sustentáveis, como conservar a água, proteger a diversidade, captar os estoques de carbono das florestas existentes nas propriedades rurais.

O Instituto CNA atua para manter o produtor atualizado nas inovações e práticas sustentáveis que geram renda e reduzam os efeitos das mudanças climáticas. É o que pretende com o site Agrosustenta, a nova ferramenta que ajudar o produtor rural a elaborar projetos de agricultura de baixo carbono em sua propriedade. No site é possível conhecer e comparar os diferentes modelos de tecnologias de baixo carbono. Com os resultados e gráficos apresentados no site, o produtor rural saberá quanto tempo e dinheiro deve investir para garantir uma produção sustentável de alimentos e, ao mesmo tempo, aumentar a renda no campo. O Site agrosustenta será amplamente divulgado nos próximos dias.

Relatórios de Sustentabilidade no mundo

Hoje, mais de 60 países seguem as diretrizes de desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade estabelecidas pela Global Reporting Initiative (GRI). Criada em 1997, a GRI é uma instituição global independente e sem fins lucrativos, responsável pela criação de uma estrutura mundialmente aceita para medir o desempenho sustentável de empresas, repartições públicas, ONGs e outras organizações.

Acesse o Relatório de Sustentabilidade da CNA

Brasil:<http://canaldoprodutor.com.br/relatorio-sustentabilidade-2014.html>

Compromisso com a produção sustentável

Para reafirmar seu compromisso com a produção de alimentos aliada à preservação ambiental, a CNA buscou parcerias que geraram iniciativas pioneiras, como é o caso do Projeto Biomas. O projeto Biomas é fruto de trabalho realizado em conjunto entre CNA e Embrapa. E faz parte de uma iniciativa inédita no Brasil com o objetivo de identificar formas sustentáveis para produção de alimentos considerando a árvore em seus sistemas propostos.

Desde o seu surgimento, em 2009, o Projeto Biomas já implantou 63 experimentos de pesquisa e envolve o trabalho de 358 pesquisadores de vários Estados do Brasil. Os estudos estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

Conheça: www.projetobiomas.com.br

Sustentabilidade é destaque na abertura da Exposição Estadual Agropecuária – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio ambiente. 05/06/2014

O papel do produtor rural na preservação dos recursos naturais e o Cadastro Ambiental Rural – CAR foram tema central dos discursos na cerimônia de abertura da 54ª Exposição Estadual Agropecuária, na manhã desta quinta (5), em BH. Na data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, o presidente do SISTEMA FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais), Roberto Simões destacou que os produtores são os grandes interessados em ocupar o lugar de protagonistas do desenvolvimento sustentável do meio rural: “Nós, que vivemos da terra, temos sido, e queremos ser cada vez mais, os responsáveis pela sua preservação. Não precisamos de benesses, mas de processos desburocratizados, claros e acessíveis, para podermos atender plenamente a legislação e seguirmos investindo com segurança”, destacou.

O governador mineiro, Alberto Pinto Coelho, também falou sobre a importância de se conciliar a questão ambiental com a produção de alimentos: “Há décadas ouço dizer que gestão ambiental é gestão de conflitos. Entendo que, pelo contrário, ela deve ser gestão de harmonia, capaz de assegurar a preservação e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de atividade tão fundamental para nosso país e nosso estado”.

Sobre o Cadastro Ambiental Rural, que subsidiará o diagnóstico da questão, o secretário Estadual de Meio Ambiente, Alceu José Torres Marques, destacou que o Estado já está apto a implantar o CAR: “Com ele, temos a certeza de que essas questões se harmonizarão e encontrarão ponto firme para que todos tenhamos condições de trabalhar e desenvolver nossas atividades com segurança, trazendo sempre o progresso para o campo mineiro”.

O secretário Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, André Merlo também destacou o papel do produtor na preservação: “Os produtores rurais ainda são vistos como desmatadores, quando na verdade são hoje os grandes protetores do meio ambiente”.

Alavanca da economia

A recente divulgação de indicadores econômicos em que o agronegócio aparece como grande destaque neste início de ano foi outra temática nas falas das autoridades durante o evento. Os dirigentes das entidades realizadoras da Exposição Estadual Agropecuária lembraram ainda a importância da mostra como vitrine da qualidade alcançada e como espaço para que a população da cidade interaja com o meio rural.

“Os produtores têm cumprido seu papel de maneira competente. Enquanto quase todos os setores decréscimo no PIB, o crescimento do agrícola foi de 3,6%, segurando o desempenho positivo do país. Os resultados também são cada vez melhores na balança comercial e na contribuição do agronegócio com emprego de qualidade. Todos os anos, a exposição é a grande mostra do sucesso crescente e da qualidade alcançada pelo produtor rural mineiro”, disse o presidente do SISTEMA FAEMG, Roberto Simões.

O governador Alberto Pinto Coelho completou: “Essa exposição tem cunho de nacionalidade, pareada a cinco ou seis dos maiores eventos realizados no Brasil todos os anos. O que temos em Minas é vocação nata para a agricultura e a pecuária. Aquela metáfora de que o Brasil eficiente está da porteira pra dentro é hoje uma constatação. Pelos números e o que traduzem, o agronegócio é que vem carregando o país nas costas”.

Estande SISTEMA FAEMG

Tradicional ponto de encontro dos produtores rurais, o estande do SISTEMA FAEMG é inspirado nas casas de fazenda mineiras, com uma grande varanda, para conversa entre amigos.

O visitante pode conhecer mais sobre a atuação da entidade e alguns de seus principais programas voltados ao sucesso do produtor rural mineiro, como o Balde Cheio (maior produtividade da pecuária de leite) e o Café+Forte (gestão da propriedade cafeeira, dos tratos culturais à comercialização da produção).

Entre os destaques, o CNA Card, cartão do produtor rural mineiro. Uma equipe está no estande fazendo o cadastramento dos interessados e fornecendo mais informações sobre seus benefícios, como a economia de tempo e dinheiro na realização de consultas e emissão de documentos, como a GTA, PTV e CFO, eliminando a necessidade de deslocamento até órgãos emissores.

Contribuição do Brasil comprova que agropecuária do país é sustentável – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos econômicos. 05/06/2014

Neste 5 de junho, data em que o mundo celebra o Dia do Meio Ambiente, o Brasil foi citado como exemplo de sucesso na redução do desmatamento em reunião da ONU sobre mudanças climáticas realizada em Bonn, na Alemanha. No relatório divulgado pela Union of Concerned Scientists – uma ONG de cientistas sediada nos Estados Unidos – o Brasil aparece como Nação que deu contribuição “sem precedentes” para atrasar o aquecimento global.

A soja em grão é hoje o primeiro item da pauta brasileira de exportações e os cientistas da ONG elogiam os produtores do Brasil. Diz o relatório que “a indústria da soja tem se saído muito bem sem desmatar a Amazônia, aumentando a produção e utilizando múltiplas safras (mais colheitas)”, com colheita de 95 milhões de toneladas. Para o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, João Martins, o estudo confirma aquilo que a CNA e os produtores de todo o país vêm dizendo há anos: “Por muito tempo a agropecuária brasileira foi acusada de ser o grande destruidor do meio ambiente no planeta, mas este estudo desmistifica tudo o que quiseram nos imputar”.

Ao citar o Mato Grosso – principal produtor de soja do país – como exemplo bem sucedido na queda do desmatamento, o próprio estudo desmente a tese de ambientalistas que ligavam o aumento da produção à abertura de áreas. “Embora os preços da soja tivessem disparado desde 2007, a derrubada de florestas tropicais para plantio de soja havia diminuído para níveis baixíssimos”, revela o relatório.

Dados como este comprovam que o Brasil já pratica uma agricultura sustentável, diferentemente do que vem dizendo a ex-ministra e pré-candidata a vice-presidente na chapa do PSB, Marina Silva. Em seminário promovido pelo jornal Folha de S. Paulo no início desta semana, Marina fez a seguinte afirmação: “Quando falamos que precisamos ir para um modelo sustentável, estamos falando que esse modelo em que vivemos não é sustentável.”

Agora ela é desmentida pelo documento que aponta que o Brasil apresentou queda de 64% nas emissões de gases de efeito estufa entre 2001 e 2011. No mesmo período, a maioria dos setores da economia mundial manteve ou aumentou as emissões. No caso brasileiro, boa parte da redução é atribuída à “mudança de uso da terra”. Também foi destacada a queda do desmatamento na Amazônia a partir de 2006, “mesmo quando os preços das commodities dispararam para níveis elevados na última parte da década”.

O relatório enfatiza, ainda, que a temida extensão do desmatamento da região Amazônica para o Cerrado, não ocorreu, “pois o desmatamento neste bioma também foi reduzido substancialmente”. As ações adotadas pelos estados e o resultado destas iniciativas também foram citadas, como a experiência observada no Amazonas, que reduziu o desmatamento em 70% de 2002 e 2008, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) local cresceu 65% no mesmo período.

Opinião: Conscientização ambiental avança, mas com poucos resultados. Maurício Tuffani – Folha de São Paulo, Seminários Folha. 05/06/2014

A conscientização da sociedade brasileira sobre o meio ambiente cresceu nas últimas décadas, mas nem sempre ela gerou avanços ou, pelo menos, mobilizações para a solução de problemas no equilíbrio ecológico, inclusive daqueles que afetam grande parte da população.

Um dos melhores exemplos desse descompasso é o atraso do país no saneamento. Historicamente conhecido como um dos fatores mais prejudiciais para a saúde pública, principalmente da infância, ele também tem sido associado ao baixo rendimento na educação básica. No entanto, em 2012, ainda eram 44,5 milhões os brasileiros não atendidos por redes de esgoto, segundo o Pnud (Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento).

Em 2013, a falta de investimentos públicos colocou o Brasil, que é a sétima economia mundial, na 112ª posição em saneamento no ranking da ONU. E também faz rios e córregos serem esgotos a céu aberto no campo em pequenas e grandes cidades. Mas essa omissão governamental conta com a cumplicidade da sociedade, seja por não pressionar o poder público, seja por suas práticas predatórias, entre elas a de construir casas com fundos e canos voltados para os cursos de água.

Além de não ter universalizado o saneamento, o Brasil também não impediu o crescimento para níveis excessivos do uso de agrotóxicos nem a devastação indiscriminada do Cerrado. E muito pouco se viu de mobilização da sociedade para sanar esses problemas.

Desse modo, em relação a muitos prejuízos para a natureza, o Brasil parece não ter desde 1988 o imperativo Constituição Federal: "Todos têm direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Houve também avanços em leis, como a de Crimes Ambientais, e em programas de governo, como o de mudança climática. Avanços muitas vezes "apesar de seus autores", como disse Sérgio Buarque de Holanda, em "Raízes do Brasil" (1936), ao apontar nos colonizadores do país a mesma falta de uma "vontade construtora e enérgica" que nos assombra nesta fase pré-Copa.

E é de racionalidade e eficiência que se precisa para enfrentar muitos desafios ambientais. Por exemplo, da recuperação da Mata Atlântica, que depende cada vez mais de promover empreendimentos de exploração florestal sustentáveis e economicamente viáveis.

Talvez seja um desafio da conscientização para a sustentabilidade ser eficiente na mobilização pela eficiência nos avanços ambientais.

Sustentabilidade da agropecuária brasileira é reconhecida pelo mundo – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio ambiente. 06/06/2014

Na semana em que se celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente, o Brasil ganha três motivos para comemorar, todos relacionados à sustentabilidade da agropecuária nacional. A publicação de um estudo na edição mais recente da conceituada revista Science e a apresentação de uma pesquisa na reunião da Organização das Nações Unidas (ONU), além de Relatório de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), mostram que o Brasil produz alimentos sem abrir novas áreas de produção, preservando o meio ambiente.

A avaliação da Science tomou como base estudo do "Earth InnovationInstitute", que aponta o Brasil como o único país que conseguiu, ao mesmo tempo, aumentar a produção agropecuária e reduzir o desmatamento nos últimos anos. Segundo o artigo, desde 2006, os produtores brasileiros pouparam cerca de 86 mil quilômetros quadrados de floresta tropical na Amazônia, o que equivale a 14,3 milhões de campos de futebol. O Brasil é, de acordo com a publicação, o país que mais reduz a emissão de dióxido de carbono (CO₂) sem comprometer a atividade rural. No período, o desmatamento da Amazônia caiu de 19,5 mil para 5,8 mil quilômetros quadrados.

As conclusões da revista norte-americana confirmam o entendimento de outro grupo de cientistas, também dos Estados Unidos: Union ofConcernedScientists. A organização sem fins lucrativos destacou que o Brasil conseguiu se distanciar da liderança mundial em desmatamento e do terceiro lugar em emissões de gases. "As mudanças na Amazônia brasileira na década passada e sua contribuição para retardar o aquecimento global não têm precedentes", aponta o relatório, divulgado em reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas, que ocorre em Bonn, na Alemanha.

O posicionamento internacional vai ao encontro da avaliação da CNA, que divulgou nesta semana seu relatório de sustentabilidade, reafirmando o equilíbrio entre produção e preservação ambiental. Além das ações de responsabilidade socioambiental, o estudo mostra que o setor agropecuário é capaz de reduzir em 22,5% a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), contribuindo para que o País cumpra o compromisso assumido, em 2009, durante a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15). O Brasil já cumpriu 88% da meta de redução do desmatamento prevista para 2020. O aumento de mais de 178% na produtividade do campo, entre 1976 e 2013, também comprova a sustentabilidade da agropecuária brasileira.

Incra cria mais dois assentamentos no Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/06/2014

Mais dois assentamentos foram criados pelo Incra no Ceará, nesta quinta-feira (05/06), com a publicação das portarias 52 e 53 no Diário Oficial da União (DOU). O primeiro é o Luiz Mendes, localizado no município de Cascavel, a 64 quilômetros de Fortaleza. O segundo, o Progresso, em Pentecoste, a 103 quilômetros da capital cearense. No total, 45 famílias serão beneficiadas.

O assentamento Luiz Mendes pode assentar 30 famílias, em 940,2526 hectares. A imissão de posse se deu em 21 de março, quando a área da Fazenda Córrego do Buriti passou ao domínio do Incra, sendo destinado para fins de reforma agrária. Já o Progresso tem capacidade para 15 famílias, em 930,7739 hectares e o Incra tomou posse da área em 27 de março.

Em 180 dias, serão aplicados os créditos Apoio Inicial para que os assentados comprem equipamentos agrícolas, dentre outros, e dêem início à nova vida.

O Incra providenciou o encaminhamento da relação dos beneficiários à Coordenação Nacional do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, para atendimento prioritário às famílias recém-assentadas e a demanda de energia elétrica dos novos assentamentos já foi apresentada ao Comitê Estadual do Programa “Luz para Todos”.

Em continuidade ao processo de criação, o Incra e as prefeituras atuarão em parceria na inserção das famílias no CadÚnico, de forma a viabilizar o acesso dos assentados às políticas públicas e em ações para o desenvolvimento dos assentamentos, como a construção e a recuperação de estradas vicinais que dão acesso às comunidades. Em adição, serão encaminhadas demandas das famílias às Secretarias Municipais de Saúde e de Educação.

A Superintendência do Incra no Ceará conta com 452 assentamentos, onde vivem 21.998 famílias de trabalhadores rurais.

Intercâmbio entre Assentados do Litoral e do Agreste da Paraíba cria banco de sementes – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/06/2014

Agricultores de 12 assentamentos do Litoral Sul da Paraíba realizaram, na última semana, uma visita de intercâmbio ao assentamento José Antônio Eufrouzino, no distrito de São José da Mata, na zona rural de Campina Grande, a cerca de 120 quilômetros de João Pessoa. Os assentados visitantes conheceram o banco de sementes implantado pela Associação Coletivo Unidos no Campo no assentamento campinense.

De acordo com a engenheira agrônoma Celeida Queiroz Lima da Nóbrega -, da Consultoria e Planejamento de Projetos Agropecuários (Consplan), entidade que presta assessoria técnica e social a assentamentos do Incra no Litoral Sul da Paraíba -, os assentados da região pretendem implantar um banco de sementes e a troca de experiências com assentados que já desenvolvem a experiência é fundamental para que eles conheçam as técnicas de armazenamento de sementes e tenham êxito na implantação do banco. “O banco de sementes será implantado inicialmente no Assentamento Campo Verde, no município de Pedras de Fogo, e servirá de projeto-piloto para os demais assentamentos do litoral sul”, disse Celeida Nóbrega.

Os assentados também visitaram a silagem e o lote do assentado Marcos Eloi Souza Barbosa, que é presidente da Associação Coletivo Unidos no Campo. A visita foi encerrada com a exibição de um vídeo que conta a história da formação do grupo.

Além dos agricultores que integram a associação, os assentados visitantes foram recepcionados pelo técnico em agroindústria Josiel Carlos Felipe da Silva e pelo engenheiro civil Fernando Gomes Júnior, da equipe da Cooperativa de Trabalho Múltiplo e Apoio às Organizações de Autopromoção (Coonap), que presta assistência técnica, social e ambiental ao assentamento José Antônio Eufrouzino.

Os assentados que participaram da visita de intercâmbio pertencem a assentamentos localizados nos municípios de Pedras de Fogo (Itabatinga, Engenho Novo, Campo Verde, Nova Tatiane, Santa Terezinha e Nova Aurora), Caaporã (Capim de Cheiro), Alhandra (Litoral Sul), Conde (Rick Charles e Gurugi 2) e Pitimbu (1º de Março e Teixeira).

Banco de Sementes

Uma das principais características da agricultura familiar no semiárido brasileiro é a conservação de sementes pelos agricultores. Com os bancos de sementes, os agricultores evitam que certas culturas desapareçam e garantem independência das empresas produtoras de sementes, produzindo suas próprias sementes de qualidade e conservando as sementes nativas, ou "Sementes Crioulas". Em sua maioria produzidas de forma agroecológica, as sementes são conservadas por várias gerações e, na Paraíba, são conhecidas como "Sementes da Paixão".

Cai interesse por agricultura com menos emissões. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Colunistas. 06/06/2014

O programa ABC do governo -voltado à agricultura de baixa emissão de carbono- estagnou neste ano. Apesar do volume recorde destinado aos produtores, a procura por esse crédito está em ritmo menor do que em 2013.

Os produtores têm R\$ 4,5 bilhões disponíveis na safra 2013/14. Até abril -dois meses antes do término da mesma-, a aplicação se restringia a 53% do total.

Na safra passada, quando o volume de crédito foi de R\$ 3,4 bilhões, o desembolso pelos agentes financiadores atingiu 83% do total colocado à disposição.

O crédito do programa ABC visa produzir a transição da agricultura convencional para um modelo de produção que minimize as emissões de gases do efeito estufa.

A constatação desse recuo é de pesquisadores do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas para o Observatório ABC, cujo objetivo é buscar uma integração da sociedade nessa transição.

O crédito é importante para o produtor rural acelerar os investimentos necessários à incorporação de alternativas tecnológicas de baixa emissão de carbono no processo produtivo.

Os analistas do Observatório ABC consideram que a redução da adesão nesta safra se deve à taxa de juros, que está em 5%, acima de outros programas do governo.

Além disso, as exigências para a obtenção desse crédito estão afastando parte dos produtores do projeto. A falta de assistência técnica e problemas fundiários, principalmente no Norte e no Nordeste, também são empecilhos, segundo analistas.

O maior desembolso foi para o Centro-Oeste, que ficou com R\$ 885 milhões, um pouco acima dos R\$ 802 milhões do Sudeste. O Estado que mais captou foi Minas Gerais - 18% do total-, seguido de Goiás, 15%.

Os setores que mais utilizaram crédito do programa ABC nesta safra foram recuperação de pastagens (R\$ 109,8 milhões), plantio direto (R\$ 20,5 milhões) e plantio de florestas (9,5 milhões).

Para Angelo Gurgel, do Observatório ABC, um dos pontos positivos nesta safra é o aumento na transparência e na disponibilidade das informações.

Corporações fazem muito marketing ambiental, diz ativista. Paula Leite – Folha de São Paulo, Ambiente. 07/06/2014

O ativista ambiental e escritor norte-americano Bill McKibben tenta convencer o mundo de que a mudança climática não é um problema do futuro: está acontecendo agora. Sua ONG 350.org chama a atenção para o perigo de concentrações de carbono na atmosfera de mais de 350 partes por milhão (ppm). Hoje, esse valor é de 400 ppm.

McKibben já foi preso quatro vezes em protestos, mais recentemente em uma manifestação contra um grande oleoduto nos EUA e Canadá.

Nesta semana, ele falou em Foz do Iguaçu a uma plateia de empresários e executivos brasileiros interessados no ambiente. Em entrevista à Folha, porém, ele diz que a maioria das grandes empresas não está agindo para evitar o aquecimento global, já que estão preocupadas só com o curtíssimo prazo.

Folha - Temos visto mais jovens empreendedores que já criam seus negócios com modelos sustentáveis social e ambientalmente. O sr. acha que isso é algo que está crescendo no mundo?

Bill McKibben - Vemos em todo o mundo que os jovens são muito empreendedores e também que eles têm senso de comunidade muito forte. Acho que isso vem do fato de serem nativos digitais, esse senso de comunidade que vem de estar no Facebook, no Twitter. É diferente dos empreendedores com uma mentalidade muito mais individualista de gerações passadas.

É difícil que os jovens não tenham um senso de responsabilidade e não é coincidência que o ambiente esteja no topo da lista para muitos jovens. Eles é que terão que viver neste planeta por muito tempo, e o planeta estará todo ferrado.

Como o sr. vê o papel das grandes empresas no combate à mudança climática?

A maioria delas está no caminho. Há algumas agindo, mas são muito poucas. Muitas fazem um "greenwashing", fazem anúncios com fotos de pinguins e só. Ou fazem um pouquinho aqui e ali, dão algum dinheiro para um projeto.

Mas, em geral, as empresas não estão usando seu poder político para ajudar na mudança. Porque os executivos pensam no curtíssimo prazo. Pensar em daqui a cinco ou dez anos é um tempo impossivelmente longo para uma grande corporação.

Se houver alguma ação real contra a mudança climática, o sr. acha que virá das comunidades ou dos governos dos grandes países?

Infelizmente, a ação terá de vir em ambos os níveis simultaneamente. O melhor jeito seria vir das comunidades. Se a gente tivesse cem anos, seria melhor que fosse assim, todos faríamos mudanças lentas e graduais. Ficaríamos olhando as comunidades na vanguarda e as seguiríamos.

Mas infelizmente não temos esse tempo, então também precisamos de ação no nível de governo e no nível internacional, para forçar que o ritmo da mudança seja mais rápido. Isso é muito difícil, por isso nós fazemos esses movimentos.

Nossos movimentos se parecem com a internet, têm um componente local forte, mas se juntam de tempos em tempos para grandes ações globais. Mesmo as comunidades que estão na vanguarda em sustentabilidade não vão sobreviver às grandes secas, enchentes e outros eventos extremos que virão com a mudança climática, por isso precisamos de ação em nível mais alto.

O sr. acha que crises climáticas como a seca que estamos enfrentando em São Paulo ajudam a divulgar a causa da mudança climática?

Acho que sim, por isso é muito importante que os líderes aproveitem para dizer: vejam, é isso que acontece quando temos mudança climática. Por isso deveríamos estar preocupados com a mudança climática.

Muitas das suas ações tentam convencer as pessoas de que a mudança climática é algo que está acontecendo agora, e não um problema para o futuro.

Na verdade nem temos de convencer muito as pessoas, pois a natureza é uma ótima professora. Só temos de ficar lembrando as pessoas de que a ciência já nos alertou sobre o que vai acontecer. Nós confiamos na ciência em várias outras áreas da vida, andamos em carros desenhados por engenheiros, em aviões, usamos tecnologia. Este é um outro caso em que a ciência deixou claro o que está acontecendo.

Qual é o papel dos países em desenvolvimento?

Vocês não são tão responsáveis pelo aquecimento global, mas vocês têm de estar pensando em como enfrentá-lo, em como pular a etapa do desenvolvimento baseado em combustíveis fósseis. Muitos países fizeram isso com a telefonia [pulando a etapa dos telefones e internet fixos diretamente para os celulares e smartphones].

O que os países em desenvolvimento deveriam estar fazendo é pressionar os países ricos por recursos para desenvolver essas soluções, especialmente na forma de tecnologia. Em um mundo racional os EUA estariam ajudando o Brasil a colocar painéis solares em toda casa e comunidade isolada, a colocar turbinas de energia eólica no mar.

A jornalista PAULA LEITE viajou a convite do Fórum Mundial de Meio Ambiente

Campanha Brasil Orgânico Sustentável é abordada na revista Ideias na Mesa – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/06/2014

Publicação traça panorama sobre o crescimento do cultivo e do consumo de produtos agroecológicos e alimentos orgânicos no país

Brasília, 9 – A Campanha Brasil Orgânico Sustentável é um dos temas abordados na terceira edição da revista Ideias na Mesa, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Universidade de Brasília (UnB). A publicação traça panorama sobre o crescimento do cultivo e do consumo de produtos agroecológicos e alimentos orgânicos no país.

O Brasil Orgânico e Sustentável é uma iniciativa do governo federal, com o objetivo de chamar a atenção de consumidores e empresários para a variedade de sabores e a qualidade dos produtos da agricultura familiar e mostrar as vantagens dos produtos orgânicos para a vida das pessoas e do planeta.

“Os consumidores estão buscando cada vez mais alimentos orgânicos. Com a campanha, queremos alcançar o consumidor, promovendo o consumo consciente e mais saudável”, destacou a diretora de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Michele Lessa de Oliveira.

Segundo ela, os agricultores familiares e de produção orgânica também serão beneficiados com a iniciativa. “A partir do consumidor, podemos ampliar a demanda por alimentos orgânicos e sustentáveis. Com isso, os agricultores voltados para essa temática conseguem ter mais inserção no mercado. É um círculo virtuoso, tanto do consumo, melhorando a saúde da população, quanto da produção da agricultura familiar”, acrescentou.

A campanha é uma iniciativa do governo federal, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Agência de Cooperação Alemã (GIZ), o Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a Associação Brasil Orgânico e Sustentável (Abrasos). Conta também com o apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc).

O Brasil Orgânico e Sustentável integra as iniciativas sustentáveis do governo federal na Copa do Mundo de 2014, junto com as ações de Certificação e Gestão Sustentável das Arenas, Campanha Passaporte Verde, Resíduos e Reciclagem e Mitigação e Compensação de Emissões. A Agenda de Sustentabilidade inclui também ações em parceria com prefeituras e governos estaduais. Para saber mais, acesse: www.copa2014.gov.br

Este ano, a principal ação da campanha será na Copa do Mundo, quando serão entregues kits lanche para os voluntários do governo federal e instalados quiosques em 10 das 12 cidades-sede para a comercialização de produtos da agricultura familiar e da produção orgânica. Nos quiosques, 60 grupos e associações, que representam mais de 25 mil agricultores familiares, vão promover e comercializar seus produtos.

No semiárido, a convivência com a seca. Paloma Rodrigues – Site da Carta Capital, Sociedade. 10/06/2014

No sertão nordestino, dois programas capacitam famílias para armazenar água durante o período de chuvas e utilizá-las no período de estiagem

No semiárido nordestino, o trato da seca vem mudando ao longo dos últimos anos. Se antes a população combatia o fenômeno, agora se vê diante de uma nova proposta política: a convivência com a seca. Há oito anos, Aparecida dos Santos recebeu uma cisterna para armazenar água em sua residência. Até então, era preciso andar cerca de três quilômetros para buscar água para ela e os quatro filhos. Aos 39 anos, Aparecida lembra que a infância inteira foi assim na cidade de Ipirá, na Bahia, a cerca de 200 quilômetros de Salvador: "A gente ia buscar água de bode, como a gente chama. É água barrenta, que a gente tinha que filtrar e ferver. Mas esse era o jeito: pegar água com balde e voltar carregando na cabeça", diz ela.

A estratégia é difundida por dois programas que recebem apoio do governo federal e pretende fazer com que cada família consiga estocar a sua água durante o período de chuvas e manejá-la pelos meses de estiagem. Desde 2003, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) vem distribuindo cisternas para as famílias do semiárido estocarem águas para consumo. A segunda grande meta é fazer com que os produtores consigam armazenar água para as animações e plantações, medida prevista no Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2).

Antônio Barbosa, coordenador do programa Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), rebate críticas de que o programa é mero assistencialismo. Segundo ele, há um caráter social, pois envolve o sertanejo no processo. "O P1MC foi o início de um projeto que pretende ver o semiárido com os outros olhos - não mais os que tentam combater a

seca, mas a entendem como um fenômeno climático da região e que deve ser contornado", diz ele.

Hoje, Aparecida diz que pode plantar alface, cebolinha, coentro e outras hortaliças, realidade bem diferente de quando era mais jovem. "Quando eu era nova, a mulher só ficava no trato da casa mesmo, os homens que saíam para trabalhar", diz ela.

A produção de Seu Josesito de Oliveira Calçada, de 43 anos, também deve aumentar. Em sua propriedade, acaba de ser construído um barreiro trincheira (na foto), capaz de armazenar 500 mil litros de água no período de chuvas que se aproxima.

Na propriedade onde mora com os irmãos, eles plantam desde hortaliças como rúcula, espinafre e alface, até a sua principal fonte de renda, a cebola. São 50 quilos de cebola por semana, além do comércio das hortaliças para a prefeitura - que compõem a merenda escolar. "Antes, a gente ficava até desmotivado. Aqui já tivemos muitas propostas de melhorar e nunca chegou para a gente. Agora chegou e eu creio em Deus que vai dar certo", diz ele.

"Com o barreiro, de outubro pra novembro enchendo (época de cheias), a gente espera encher e prolongar o período de produção", afirma. "Isso aqui tudo era cebola, mas eu acabei tirando, porque eu ficava até dez horas da noite regando e não dava conta. Mas se juntar água bastante, eu volto a plantar, porque aí dá para ampliar o sistema de irriGação." O sistema foi construído pelo próprio Seu Josesito e sua irmã, Denise.

Atualmente, o déficit de água potável afeta cerca de 300 mil famílias. Barbosa, coordenador do ASA, explica que no Nordeste ninguém mais morre de seca. "É nesses lugares onde o planejamento proposto pelos programas ainda não chegou que os carros pipas são necessários", explica. "E o que acontece também é que uma família que tem cisterna garante a água para a outra família que não tem." Barbosa diz que o objetivo é reduzir o número, até o final do ano, para 280 mil famílias.

Sobre a água destinada à produção, o Programa deve chegar a 100 mil famílias até o final de 2014. A longo prazo, o programa espera atingir as 1,5 milhão de famílias que vivem no semiárido atualmente.

Também coordenador da ASA e integrante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Naidison Baptista critica as medidas paliativas e de cunho emergencial voltadas para a seca, dentre elas a integração do Rio São Francisco. "É uma obra que não democratiza a água, mas concentra", diz ele (leia mais sobre a questão AQUI). Por que então o governo investe nesse sentido? "Esse é um governo de disputa. Há várias correntes dentro do governo", diz ele. "Nós conseguimos investimentos do governo federal, Petrobrás e BNDES para esses dois projetos de convivência com a seca, por outro lado outros grupos ganharam a transposição do São Francisco. Vai ganhar quem disputar mais", completa.

Outra crítica feita pelos coordenadores da ASA é quanto às cisternas de plástico distribuídas pelo governo federal, parte do programa Água para Todos. "Para o governo, entregar as cisternas para os municípios já é resolver o programa. Se ele colocar oito cisternas na sede do município, ele conta que oito famílias receberam cisternas, mas não tem um controle quanto à entrega."

No último mês de maio, 260 cisternas armazenadas em um depósito foram queimadas em um incêndio criminoso no município de Taguatinga, no Tocantins. Em julho do último ano, quase mil cisternas foram atingidas por um incêndio no município de Maracás, no sudoeste da Bahia. Elas também estavam armazenadas em um terreno da prefeitura e aguardavam a distribuição para as famílias do semiárido.

Por esse motivo, Barbosa afirma que atualmente não é possível catalogar exatamente quantas famílias já estão com o benefício e quantas vezes as cisternas não chegaram ao destino final. Além disso, ele afirma que a convivência com a seca no sertão é uma oportunidade para o desenvolvimento de um trabalho social: "Um programa de construção de cisternas não é só um programa de construção de cisternas. Imagine que uma população que historicamente foi julgada incapaz, que ela era castigada, e agora você constrói outro conceito com as famílias: "eu ajudei a trazer a minha água, eu construí o meu reservatório". Você cria outra perspectiva que inclui as pessoas enquanto sujeitos".

Governo debate fomento às florestas plantadas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 10/06/2014

Durante reunião da Câmara Setorial, Geller afirmou que políticas estarão em sintonia fina com o setor

A estruturação de uma área para tratar sobre florestas comerciais dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foi um dos principais temas tratados entre o governo e o setor privado durante reunião da Câmara Setorial de Florestas Plantadas, nesta terça-feira (10), em Brasília (DF). Estiveram presentes os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), Marcelo Neri.

Com a definição do Mapa como o órgão responsável pela gestão das políticas para o setor, autoridades e técnicos da pasta estão finalizando a estrutura de uma área específica para tratar do tema, como a secretaria responsável e as ações de fomento. Entre as medidas de estímulo previstas, destacam-se investimentos em pesquisa, assistência técnica e extensão rural, além de crédito exclusivo destinado ao plantio de florestas.

“Desde a época em que era secretário de Política Agrícola desta casa e agora como ministro, as ações encaminhadas para a Casa Civil, para o Planejamento (Mpog) e para a Fazenda (MF) sempre estiveram em sintonia fina com quem produz, e com as florestas plantadas não vai ser diferente. As políticas que serão implementadas estarão em conformidade com o segmento”, explicou o ministro Neri Geller.

Segundo o titular da SAE, o governo federal iniciou em 2009 um processo de articulação para a construção de uma proposta de Política Nacional de Florestas Plantadas. O objetivo principal era propor um conjunto de orientações condizentes com a contribuição potencial que o setor pode dar ao desenvolvimento sustentável. “Foi uma honra ver a presidenta Dilma e o ministro Geller lançando essa política nacional. Este é um momento que pode marcar a aceleração do setor”, disse.

Atualmente, os financiamentos para o plantio de florestas comerciais são realizados pelo Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) do Plano Agrícola e Pecuário. As taxas de juros para a safra 2014/15 variam entre 4,5% e 5%, com limite de empréstimo de até R\$ 3 milhões por beneficiário e prazo de pagamento de 15 anos (sendo seis de carência).

Saiba mais

O Brasil possui uma das maiores áreas florestais do mundo, com 463 milhões de hectares, ou 54,4% da área do país. Destes, 7 milhões de hectares correspondem às florestas plantadas (menos de 1% da área do país). Essa área é capaz de suprir quase 90% do total da oferta de madeira em tora industrial, 81,5% do carvão vegetal e 62,3% da lenha produzida internamente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação às exportações do agronegócio do país, que somaram cerca de US\$ 100 bilhões em 2013, os produtos florestais estão entre os quatro mais importantes, com 10% do valor total, atrás apenas dos complexos soja (31%), carne (17%) e sucroalcooleiro (14%). Apesar da posição expressiva nas vendas brasileiras, ainda há potencial de crescimento do setor de florestas comerciais, uma vez que a participação nacional no mercado externo é de apenas 3% dos US\$ 230 bilhões movimentados anualmente em todo o mundo.

Inkra reforça compromisso com agroecologia durante 13ª Jornada em Maringá/PR – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2014

Cerca 2.500 estudantes, pesquisadores e agricultores familiares estiveram presentes durante quatro dias (4 a 7/6) em Maringá (PR) para fazer parte da 13ª Jornada de Agroecologia. Na Escola Milton Santos, participantes de todas as regiões do estado, além de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Sergipe e de outros países da América Latina, discutiram as práticas e as políticas necessárias para fomentar a produção agroecológica no meio rural brasileiro.

O Incra/PR participou do evento em diversas frentes. A principal, foi no lançamento da Sala da Cidadania Digital, onde foi montada uma estrutura especialmente para atender os assentados da reforma agrária, que puderam negociar as dívidas do Pronaf e ter acesso a outros serviços, como: atualização cadastral do assentado, emissão de DAP e espelho do beneficiário.

Além disso, técnicos do Incra responsáveis pela gestão dos contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) participaram da Oficina de Metodologia de ATER, junto com todas as prestadoras que atuam nos assentamentos do Paraná. Na ocasião, foram relatadas as experiências com a prestação do serviço de uma das prestadoras de forma a contribuir na metodologia das demais empresas.

O superintendente do Incra/PR, Nilton Guedes, foi um dos palestrantes no Seminário sobre Políticas Públicas para Agroecologia, no qual apresentou as ações do instituto voltadas para impulsionar a produção agroecológica dos assentamentos: Terra Sol, Pronera e Assistência Técnica.

Evento

A Jornada de Agroecologia foi um momento de trocas de experiências tanto consolidadas quanto em fase de implantação, nas dimensões da produção, cooperação, agroindustrialização e comercialização solidária e institucional. As discussões focaram na agroecologia como alternativa principal ao agronegócio, mas também como oportunidade de garantir ao cidadão a alimentação saudável, com qualidade nutricional, e ainda um meio de diversificar a produção agrícola, preservando o meio ambiente e oferecendo aos pequenos produtores o autossustento das suas famílias.

Certificação de orgânicos dificulta chegada de produtos no mercado. Mariana Melo – Site do MST. 11/06/2014

Em Arataca, no sul da Bahia, é feito o "chocolate rebelde". Produzido por 55 famílias em um assentamento do Movimento Sem Terra localizado em meio a grandes propriedades exportadoras de cacau, o chocolate Terra Vista levou oito anos para ganhar a certificação de "orgânico", que indica um cultivo sem agrotóxicos e com técnicas sustentáveis. O longo e penoso período dificulta, e pode até inviabilizar, a criação de novos produtos orgânicos para o mercado brasileiro, especialmente no caso de pequenos produtores.

“Nosso processo de certificação foi difícil porque a consultoria foi muito cara pra nós”, diz Joelson Ferreira de Oliveira, representante do assentamento Terra Vista, onde é feito o chocolate de mesmo nome. “Nós precisamos de uma certificação mais democrática pra colocar a produção orgânica no mercado”, afirma.

Hoje, quem quiser produzir e vender qualquer alimento como orgânico precisa, segundo a Lei de 10.831/2003, comprovar que não foram usados adubos sintéticos, agrotóxicos ou sementes transgênicas no cultivo. Precisa provar, também, respeito a leis trabalhistas dos empregados envolvidos no processo, entre outras exigências. Há, ainda, uma taxa de cadastramento por produto, que varia de acordo com a auditoria contratada. Juntam-se à toda burocracia regulatória outros entraves, como cooperativas mal articuladas e produtividade insuficiente, que fazem a agricultura orgânica e ecológica parecer não compatível com a demanda atual por alimentos. O preço e a disponibilidade destes produtos são os principais pontos que dificultam a adesão dos consumidores aos orgânicos.

Para contornar essa situação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) prepara para 2015 o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Segundo o secretário nacional de Agricultura Familiar, Valter Bianchini, o Planapo propõe uma série de medidas que facilitarão a produção agrícola dos pequenos agricultores ao oferecer linhas de créditos e cadastro mais simples da produção como orgânica. “A ideia é consolidar a agricultura orgânica no âmbito da agricultura familiar”, diz. “O que queremos mostrar é que é possível fazer a transição desse modelo único da agricultura mais intensiva em insumos, com uso de agrotóxicos, para uma agricultura mais sustentável, seguindo os preceitos da agroecologia”, afirma. A agroecologia consiste em técnicas de cultivo sustentáveis, sem desmatamento de áreas verdes originais, com uso racional de água e terra e abolição de agrotóxico e transgênicos.

Segundo Bianchini, o plano promoverá a certificação de milhares de propriedades relacionadas ao cultivo orgânico. Hoje há, segundo o Ministério da Agricultura, 6,7 mil produtores orgânicos regularizados. “A gente reconhece a possibilidade de ir a 150 mil agricultores, agroecológicos e orgânicos, ou em transição. Queremos avançar nessa certificação para pelo menos mais 50 mil propriedades”, afirma. “O que o Planapo pretende é sair dessa agricultura de nicho, no entorno metropolitano, de feiras diretas, e reconhecer toda gente que tem trabalhado com agroecologia. Com isso, mostrar que outro modelo de segurança alimentar e de agricultura é possível.”

O agronegócio, que muitas vezes se apresenta como principal via moderna e rentável da agricultura, não pode ser considerado a única solução para as questões que envolvem a segurança alimentar, segundo Bianchini. “O termo agronegócio se referia ao volume de recursos que movimentava a agricultura e a agroindústria. Como setores conservadores começaram a usar o termo para agregar importância à prática, ela acabou se designando como o único modelo de agricultura, mas não quer dizer você não tenha um outro modelo, que também constitua negócios importantes e que movimente um número grande de agricultores.”

O aprimoramento e a desmistificação da agroecologia no âmbito da agricultura familiar podem ser muito positivos para a sociedade, diz Bianchini. “A agroecologia não se esquece da sua dimensão econômica, mas também liga a dimensão econômica às dimensões ambiental, cultural e social.”

Cenário

Apesar do entusiasmo com a agroecologia, o secretário concorda que a realidade é outra, pois a produtividade dos orgânicos ainda é muito distante da do agronegócio. Mesmo assim, a agricultura familiar tem grande importância para o abastecimento dos mercados brasileiros. “Ocupando aproximadamente 25% da área agricultável do País, o modelo familiar ainda corresponde a 38% da produção gerada no Brasil. Para leite, é mais de 50%, além de mandioca, mel e alguns outros que são produzidos mais do que na grande agricultura. A complexidade dos processos de cultivo desses alimentos não é respondida pelo modelo de agricultura patronal”, diz. No Brasil, de 5,1 milhões de propriedades rurais, 4,3 milhões são de agricultura familiar, com 12 milhões de trabalhadores.

O secretário também atenta para a segurança dos alimentos cultivados organicamente. “Estudos ainda não mostram os impactos que as modificações genéticas têm. Ninguém quer vetar essa discussão da ciência ter chegando à alteração de genes e, futuramente, colocar o melhor à sua sociedade. Mas a pressa com que os oligopólios querem colocar esses produtos no mercado nos dá muita insegurança.”

A diversidade, que ajuda a preservar espécies, fica comprometida com a monocultura. “Não podemos depender de duas, três variedades na agricultura. O modelo agroexportador leva você a trabalhar uma agricultura de muito risco, ao escolher apenas uma única variedade. A agroecologia promove, para a sociedade, alimentos mais saudáveis e um equilíbrio maior entre a cidade e o campo, garantindo qualidade de vida em ambos os espaços, além da agrobiodiversidade. Não tenho dúvidas de que para a sociedade esse modelo de agricultura é melhor.”

Certificações

Há dois anos no mercado, o chocolate rebelde já mostrou aos seus produtores que é mais do que uma fonte de renda. Feito por famílias assentadas, o produto tem um valor simbólico importante ao mostrar que a agricultura familiar pode se colocar a serviço do meio ambiente e da sociedade. “A questão importante aqui é criar uma economia pra não ficar na dependência, não pedir esmola ao governo”, diz Oliveira do assentamento Terra Vista. “Para ter autonomia é preciso criar um produto competitivo que banque nosso projeto. Então, esse produto serve pra financiar a nossa luta, nossa organização, a nossa educação e a nossa cultura. O chocolate é para gente dialogar com a sociedade”, diz.

Bianchini afirma que as certificações serão mais fáceis com o Planapo. “O Planapo quer resolver, junto com o Ministério da Saúde (MS), como isentar de taxas e diminuir a burocracia para registrar esses produtos. (...) A gente reconhece a necessidade das boas práticas e adequações, mas o que se exige hoje pra ter esse selo está muito fora do alcance dessas famílias, desses pequenos produtores. Esse é um dos gargalos pra esse modelo de agricultura e produção.”

Para fazer chegar ao consumidor os produtos orgânicos, o Planapo também contemplará o aumento dos circuitos de comercialização e aumento a produtividade. “A gente acredita que a remuneração a este trabalho pode ser melhor e deixar disponível pra um grupo maior da população os alimentos orgânicos, não só a um grupo com mais dinheiro ou mais consciente”, finaliza Bianchini.

A repórter entrevistou o secretário nacional de Agricultura Familiar Valter Bianchini no III Encontro Nacional de Agroecologia, ocorrido em Juazeiro (BA). A repórter viajou a convite da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Com agroecologia, acampados no sertão diversificam produção de alimentos. Ramiro Olivier – Site do MST. 11/06/2014

A produção de hortaliças e leguminosas orgânicas virou rotina no Acampamento Filhos da Luta, no município de Santa Maria da Boa Vista, região Sertão do São Francisco, em Pernambuco.

O acampado João da Silva, de 23 anos, diz não ter sido fácil chegar até esse estágio, em que há uma grande produção de alimentos saudáveis dentro dos princípios agroecológicos. “Lutamos muita até chegar aqui, foram muitos pistoleiros nos perseguindo e nos ameaçando dentro desse acampamento”, relembra.

O latifúndio intitulado Fazenda Milano, hoje conhecido como Acampamento Filhos da Luta, foi ocupado em outubro de 2013 por aproximadamente 1.500 famílias. O nome faz referência ao fato de grande parte dos acampados serem filhos e filhas de assentados oriundos das áreas de Reforma Agrária da região.

A terra, de 1.584 hectares, está em nome de José Gualberto de Freitas Almeida, que responde processo por sonegação de impostos. Desde 2009, a fazenda de José Gualberto está para ser leiloada. O imóvel tem uma dívida de cerca de R\$ 400 mil com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Se outrora se produzia monocultivo de uva voltado à exportação, hoje a produção de alimentos está cada dia mais diversificada, com feijão, milho, melancia, coentro, alface, batata e pimenta de cheiro.

“Não uso veneno em minhas plantações, porque sei que veneno é uma coisa que prejudica a saúde das pessoas. Prefiro produzir alimentos saudáveis não só para minha família, mas para quem eu vendo também”, explica o acampado Pedro de Souza.

Desde 2009 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, consumindo 1/5 da produção mundial dessas substâncias. Segundo os movimentos sociais do campo, essa realidade está diretamente relacionada ao modelo produtivo do agronegócio.

O último levantamento feito pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mostrou que 28% dos alimentos foram considerados insatisfatórios pelo uso excessivo dos venenos agrícolas. Outros 35% que foram classificados como satisfatório apresentaram resíduos nas suas propriedades.

Além disso, uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMG) descobriu que 100% das amostras do leite materno no município de Lucas do Rio Verde estavam contaminados por agrotóxicos.

Sob estes argumentos que os Sem Terra do Filhos da Luta buscam fazer a discussão com a sociedade sobre a disputa atual no campo brasileiro sobre o modelo de produção agrícola.

“Produzimos uma vasta produção de alimentos saudáveis para o município de Santa Maria da Boa Vista. Se não nos tirarem dessa terra, prometemos produzir muito mais para o povo desse município e também ampliar a venda para outros locais”, salientou o acampado Manoel Pereira.

Primeiro posto para Cadastro Ambiental Rural já está funcionando no Acre – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/06/2014

O Incra do Acre deu início às atividades do posto para o Cadastramento Rural Ambiental (CAR) dos agricultores assentados. O Posto está instalado na Sala da Cidadania da Superintendência Regional do órgão.

O CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais. O objetivo é integrar as informações ambientais e compor a base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental, econômico e combate ao desmatamento ilegal.

Ao se cadastrar, o trabalhador rural fica em dia com a Legislação Ambiental, proporcionando a desburocratização no acesso a um variado leque de serviços e políticas públicas como acesso a linhas de crédito.

Além disso, os assentados terão acilidades em comercializar a produção agropecuária. Parte dos frigoríficos no Acre, por exemplo, só compram carne de produtores que possuem regularidade ambiental.

O superintendente do Incra, Reginaldo Ferreira, disse que o serviço trará muitos benefícios para as ações da reforma agrária e para o trabalhador rural. “O cadastro facilita a vida do produtor, diminui o tempo e a burocracia”, ressaltou.

O superintendente também destacou a importância das parcerias com o governo do Estado e com a Federação dos Trabalhadores em Agricultura.

Mercado interno de orgânicos cresceu 35% em 2013. Tânia Rabello – O Estado de São Paulo, Blogs. 11/06/2014

O mercado interno de produtos orgânicos cresceu 35% de 2012 para 2013, representando um volume comercializado equivalente a R\$ 1,5 bilhão no Brasil. Embora ainda se trate de um faturamento tímido, quando comparado ao principal ator deste mercado mundial – Estados Unidos (com faturamento de US\$ 35 bilhões, ou cerca de R\$ 70 bilhões), a expressiva taxa de crescimento, em termos percentuais, anima o coordenador executivo do IPD e gestor do projeto Organics Brasil, Ming Liu, que esteve presente na semana passada, entre 4 e 7 de junho, na BioBrazil Fair/Biofach América Latina – eventos conjuntos voltados aos segmentos de produtos orgânicos, naturais e sustentáveis, em São Paulo (SP).

“A regulamentação do mercado brasileiro, a partir da Lei dos Orgânicos, sancionada em 2011, fez com que este mercado crescesse a taxas exponenciais ano a ano. Ainda há muito a ser explorado quando o assunto é orgânicos no Brasil”, diz Ming Liu, em entrevista exclusiva a este blog.

Nos EUA e aqui. Ele tem a certeza de que o que ocorreu nos Estados Unidos, a partir de 1999 – quando se criou legislação federal específica para o segmento de produtos orgânicos –, vai ocorrer em terras brasileiras. “Em 1999, o mercado de orgânicos norte-americano envolvia a cifra de US\$ 1 bilhão. E, hoje, 14 anos depois, é de US\$ 35 bilhões.”

Num setor repleto de estatísticas parciais e fragmentadas, no qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ainda não consolidou o número total de produtores orgânicos do Brasil, produção total e área plantada (ao contrário do agronegócio convencional, pródigo em números e estatísticas, inclusive segmentadas por tipos de cultivo), Ming Liu diz que o Organics Brasil contou com vários indicadores para chegar ao crescimento de 35% por ano.

Mercado de R\$ 2 bilhões. “Falamos principalmente com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), que faz uma pesquisa anual com a rede varejista e já tem números separados para o segmento orgânico”, diz o executivo. “Este número, porém, está aquém da realidade, pois trata apenas da rede varejista.” Ele lembra, por exemplo, das várias feiras de produtores orgânicos espalhadas pelo País e das inúmeras lojas de produtos naturais e funcionais que vendem um ou outro artigo orgânico e que não entraram nesta conta. Além disso, somente em uma grande rede varejista, Ming Liu comenta que houve crescimento de 45% nas vendas de orgânicos de 2012 para 2013. “Ou seja, acreditamos que só o mercado interno de orgânicos no Brasil já alcance R\$ 2 bilhões.”

No mundo, o faturamento global com orgânicos chegou a US\$ 64 bilhões em 2013, crescimento de 8% em relação ao ano anterior, conforme revelou o presidente da Federação Internacional de Agricultura Orgânica (Ifoam), André Leu, no 10º Fórum Internacional de Agricultura Orgânica e Sustentável, realizado durante a BiobrazilFair/Biofach América Latina. Depois dos Estados Unidos, com US\$ 35 bilhões, os maiores mercados são Alemanha, com US\$ 7 bilhões, e Canadá, com US\$ 4,4 bilhões, segundo a Ifoam.

Exportações. No segmento de exportações brasileiras de orgânicos, o desempenho também tem sido crescente. “Temos, comprovadamente, um número de exportações de US\$ 130 milhões em 2013, ante US\$ 110 milhões em 2012”, diz Ming Liu, referindo-se às exportações das mais de 70 empresas produtoras e processadoras de orgânicos abrigadas dentro do Organics Brasil, projeto do IPD, de Curitiba (PR), do qual Ming Liu é coordenador executivo, em parceria com a Agência de Promoções de Exportações (Apex), ligada ao Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC), para prospectar mercados e estimular as exportações de produtos orgânicos processados.

“Este número (US\$ 130 milhões), porém, também está aquém da realidade, já que nem todas as empresas que exportam orgânicos participam do Organics Brasil”, diz Ming Liu. E, para saber o número exato, também se esbarra na falta de estatísticas confiáveis. “Há muitas empresas brasileiras que estão exportando orgânicos e não nos comunicam”, diz o gestor. “Estamos tentando buscar esses dados via MDIC, mas por aí também é difícil, pois nas planilhas não há nenhum código que discrimine se o produto é orgânico ou não”, diz Ming Liu, acrescentando que, somente na descrição no produto, na guia de exportação, é que se diz tratar de um artigo orgânico certificado. “Entretanto, seria uma tarefa inviável verificar a descrição de guia por guia para obter essas estatísticas.”

Conversa com o agronegócio. Para tentar reverter este quadro e sensibilizar tanto o governo quanto a iniciativa privada sobre o grande potencial do crescimento do segmento de orgânicos – o que contribuiria para o aprimoramento das estatísticas –, o projeto Organics Brasil tem apostado na transversalidade, ou seja, no relacionamento com segmentos afins, mesmo que não sejam ligados à produção orgânica. “Dentro da Apex, temos participado de reuniões com todos os segmentos do agronegócio, como os exportadores de carnes (bovina, de frango e suína), de cosméticos, de balas e confeitos, de café, de frutas e de vinhos, entre outros”. “São cadeias poderosas, e estamos sempre nas reuniões, ‘fazendo barulho’, e já começamos a ser notados.”

Para Ming Liu, a partir do momento em que o segmento puder mostrar números confiáveis – já que o primeiro grande obstáculo, que era a regulamentação do setor, já foi vencido –, o próprio agronegócio convencional vai olhar de outra forma para os orgânicos, como um excelente mercado para se investir.

Instituições recebem certificado por combate à desertificação. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/06/2014

Certificação foi entregue pela ministra Izabella Teixeira nesta segunda-feira em comemoração ao Dia Mundial de Combate à Desertificação

Em comemoração ao Dia Mundial de Combate à Desertificação (17 de junho), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) promoveu a entrega do certificado DrylandChampions a 16 instituições, responsáveis por projetos que combatem a degradação do solo e a desertificação no semi-árido brasileiro. Sob o lema "Eu sou parte da solução", a iniciativa da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) busca melhorar as condições de vida das populações e as condições dos ecossistemas afetados pela desertificação e pela seca.

Na ocasião, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, entregou o certificado e parabenizou as instituições contempladas. Ela destacou o fortalecimento da cooperação técnica entre governo e sociedade civil, citou os projetos de cisternas e dessalinização da água como grandes exemplos de política socioambiental e defendeu a recuperação florestal com inclusão social. "Passamos da agenda do problema para a agenda da solução", destacou.

INVESTIMENTOS

De acordo com o diretor do Departamento de Combate à Desertificação do MMA, Francisco Campello, o ministério destinou R\$ 100 milhões a projetos que assegurem a convivência sustentável com a semiaridez e combatam os processos de desertificação. Os projetos beneficiados promovem o manejo florestal da Caatinga e do Cerrado, a segurança e a eficiência energética nas indústrias e domicílios, e a reforma da base ambiental produtiva para regeneração de solo, reserva de água e conservação da biodiversidade. Os recursos provêm do Fundo Clima, Fundo Nacional do Meio Ambiente e Fundo Florestal em parceria com agentes financeiros como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Segundo dados do MMA, estão sujeitos à desertificação, no Brasil, 1,4 mil municípios, em 11 estados, abrangendo um total de um milhão e 200 mil quilômetros quadrados, o que representa aproximadamente 20% do território brasileiro. "Ações estruturantes como o Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação (SAP), elaborado em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), vão possibilitar avanços", finalizou Campello.

Além do certificado, as 16 instituições receberam um troféu de madeira originária de manejo florestal em formato de dois pássaros sobre um galho. O representante da organização não governamental Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (Agendha), Maurício Lins Aroucha, que atua em todo o bioma caatinga, contou que o troféu foi feito manualmente por integrantes da associação de artesãos de Santa Brígida, na Bahia.

Confira aqui o detalhamento dos projetos das instituições reconhecidas pela UNCCD. São elas:

- Instituto Fazenda Tamanduá (Paraíba), pelo projeto Manejo Florestal Sustentável;
- Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado de Pernambuco, pelos projetos Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade para o Combate à Desertificação e Zoneamento da Desertificação;

- Associação Plantas do Nordeste, pelo projeto de Conservação e Uso Sustentável da Caatinga;
 - Instituto Nacional do Semiárido, pelo conjunto de ações;
 - Centro de Educação Popular e Formação Social (Paraíba), pelo projeto Adaptação às Mudanças Climáticas para Convivência com o Semiárido;
 - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, pelo projeto Recuperação de Áreas Degradadas para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recursos Naturais;
 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden) e Ministério do Meio Ambiente, pelo desenvolvimento do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação (SAP);
 - Rede ASA Brasil, pelos programas Um Milhão de Cisternas e Uma Terra e Duas Águas;
 - Associação Caatinga, pelo projeto No Clima da Caatinga;
 - Fundação Centro de Ecologia e Integração Social, pelo projeto Sertão Vivo - Saber e Trabalho na Caatinga;
 - Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe, pelo conjunto de ações;
 - Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (Agendha), pelo programa de Melhoria da Eficiência Energética da Biomassa Vegetal com Fogões Geoagroecológicos;
 - Fazenda Caroá, pelo projeto Conceito Base Zero (CBZ);
 - Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, pelo projeto Conhecendo o Tempo e o Clima;
 - Centro de Produção Industrial Sustentável.
-

Cacau sustentável avança em São Félix do Xingu. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 17/06/2014

O cacau está ajudando a reflorestar a Amazônia perdida para a pecuária em São Félix do Xingu, no Pará. Um grupo de pequenos produtores acaba de assinar um contrato de venda de 150 toneladas - ou R\$ 1 milhão -, para uma processadora de cacau do interior de São Paulo que exporta até para a Suíça. Além do negócio, o importante da operação é o potencial de regeneração da floresta.

O acordo foi feito com a Campmax (Cooperativa Alternativa Mista dos Pequenos Produtores do Alto Xingu) e a Indústria Brasileira do Cacau (IBC), com intermediação do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflo), ONG que promove o uso sustentável dos recursos naturais.

"O cacau hoje é uma agricultura viável e sustentável. Além de contribuir com o ambiente, garante que o pequeno produtor fique dentro da sua área", diz Iron Eterno de Faria, agricultor de São Félix do Xingu. A Campmax tem quase 80 membros, todos produtores de cacau e gado. "A pecuária é o seguinte: a cada ano tem que desmatar para

umentar a pastagem. A cooperativa nasceu para dar rentabilidade para os produtores não terem que vender seu lote e ir para outra área, para desmatar", diz.

Nas estimativas de Eduardo Trevisan Gonçalves, gerente de projetos e secretário-executivo adjunto do Imaflora, cada hectare de cacau representa cerca de sete hectares de pecuária, em valor. O agricultor Faria diz que, se em um alqueire planta 5.300 pés de cacau e colhe 6 toneladas de cacau por ano, criará cinco cabeças de gado na mesma área. A arroba do boi na região está em R\$ 100,00 e a do cacau, em R\$ 110,00.

O projeto tem outro grande ganho colateral. "A gente planta com espécies nativas, que vão fazer sombra para o cacau. E o lugar, que era pastagem antiga, se torna floresta novamente", diz Faria. O cacau, nativo da Amazônia, é plantado nos Sistemas Agro Florestais (SAF). Fazendo sombra ao cacauzeiro há seringueiras e castanheiras e árvores frutíferas como cajá, açai e jaca.

O trabalho do Imaflora ocorre em várias frentes - na organização administrativa da cooperativa, assistência técnica aos produtores, no planejamento da propriedade. "Em São Félix, o desmatamento já passou", diz Gonçalves, do Imaflora. "Queremos recuperar através da agricultura. Não pretendemos transformar a fazenda em floresta, mas reflorestar onde for possível."

A iniciativa, que tem patrocínio da Petrobras, foi montada para conectar produtores a compradores que valorizem boas práticas, explica Marcos Nachtergaele, do Imaflora, um dos coordenadores do projeto. Conseguiram melhorias na qualidade do cacau, com processos na colheita e pós-colheita. "Começaram a separar as amêndoas para levar à fermentação, tirando as verdes, as já germinadas, as ruins", explica Nachtergaele.

São Félix passou anos no topo do ranking dos campeões de desmatamento. "Uma plantação de cacau no meio de pasto degradado conecta ambientes e simula uma floresta", diz Gonçalves. Os técnicos do Imaflora imaginam que será possível reflorestar várias Áreas de Proteção Permanente (APP) e ter, até 2016, 100 propriedades-modelo, com pecuária sustentável e produção de cacau de qualidade, Reserva Legal e APP restauradas.

Esse é o caminho da IBC, no interior paulista, que tem 8 anos mas foi fundada por descendentes de uma família com 85 anos de tradição. "Nosso cliente quer saber a origem do produto", diz Maurício Dati de Pinho, diretor comercial da esmagadora de cacau. Ele lembra que Costa do Marfim e Gana respondem por 40% da produção mundial, mas há denúncias de trabalho escravo e infantil.

A IBC exporta 10% da produção para a Suíça, Alemanha, Holanda, Israel, Austrália e Espanha e tem linhas certificadas. "Orgânicos são nossos produtos mais fortes de exportação", diz Pinho. A empresa valoriza esforços de rastreabilidade e origem em sua cadeia de fornecedores. "É um valor conhecer o 'terroir' da amêndoa", brinca.

A produção de São Félix é de cacau de boa qualidade. Pinho estima que o potencial é de 3 mil toneladas anuais. "Boa parte do cacau da Amazônia não tem agrotóxico mas não posso vender como orgânico porque não tem certificação", diz. "A tendência é que o cacau de boa origem valorize mais e então, podemos conseguir agregar mais valor", diz Nachtergaele.

AVISO DE PAUTA - Izabella Teixeira (MMA), Mauro Borges (MDIC) e Clelio Campolina (MCTI) concedem entrevista coletiva sobre patrimônio genético - Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 20/06/2014

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Mauro Borges, e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Clelio Campolina, apresentam nesta sexta-feira (20/06), às 15h, projeto de lei enviado ao Congresso Nacional que regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Esse projeto dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, à proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, à repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. A coletiva ocorre no Salão Leste do Palácio do Planalto.

Pauta: Coletiva de imprensa sobre Patrimônio Genético

Data: Sexta-feira, 20 de junho de 2014

Horário: 15h

Local: Salão Leste do Palácio do Planalto – Brasília-DF

Profissionais de imprensa devem solicitar credenciamento pelo e-mail credenciais@presidencia.gov.br

A segunda revolução verde. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 21/06/2014

O conhecido ditado italiano "primo mangiare, dopo filosofare" encerra uma verdade inapelável: a prioridade mundial, acima de qualquer outra, da produção de alimentos.

A luta contra intempéries climáticas e outros desafios da natureza tem mobilizado a civilização a buscar recursos na ciência –um dom divino– para que essa produção acompanhe o vertiginoso crescimento demográfico e impeça a fome mundial.

Essa luta produziu a assim chamada revolução verde, nos anos 1960 e 1970, com a inserção de tecnologias no setor produtivo agrícola, sobretudo o advento de novas sementes e práticas que permitiram, nas décadas seguintes, vasto aumento da produção em países menos desenvolvidos.

Enfrentou-se, com sucesso, o desafio da fome mundial por meio do melhoramento genético de sementes, insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. Mas a população mundial não cessou de crescer e os desafios da demanda persistem.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), é preciso aumentar a produção mundial de alimentos em 70% nos próximos 40 anos para erradicar a fome no planeta. E o Brasil tem papel relevante nesse processo, não só pela abundância de recursos naturais, mas por sua capacidade técnica, exportando conhecimentos e experiências.

Hoje, diz a FAO, a maior preocupação com relação à segurança alimentar está voltada para a Ásia e a África Subsaariana. E é da Ásia que surgem sinais auspiciosos de uma segunda revolução verde, para superar uma realidade catastrófica em que, de cada seis

pessoas no planeta, uma passa fome, e a cada cinco minutos uma criança morre por desnutrição.

O arroz está no centro dessa mudança, como narra a revista "The Economist" em uma de suas últimas edições. Tudo começou com um pequeno agricultor indiano, AshaRamPal que plantou, em 2008, uma semente experimental –a Sub 1– desenvolvida pelo Instituto Internacional de Pesquisas com Arroz (IRRI).

Sobrevieram as chuvas, que inundaram a plantação por duas semanas. Em circunstâncias normais, teria perda total. Mas a semente contém uma sequência genética que a coloca em uma espécie de hibernação quando submersa, permitindo que, em vez de se afogar, o arroz cresça quando as águas baixam.

Como as inundações são comuns na região, a nova semente permitiu que a produção anual daquele pequeno agricultor passasse de 1 tonelada para 4,5 toneladas. Essa semente está se espalhando pelo mundo.

Cinco anos após os primeiros testes de campo, cinco milhões de agricultores estão plantando mais de uma dúzia de variedades de arroz com genes resistentes a inundações.

A velocidade de propagação é ainda mais rápida do que na primeira revolução verde. E a Sub 1, ao atrair novos capitais para a agricultura, viabilizou mais pesquisas.

As áreas de arroz mais produtivas do mundo são os deltas dos grandes rios da Ásia, embora vulneráveis à elevação do nível do mar e ao aumento da salinidade, que mata a semente. Anuncia-se para os próximos anos a produção de sementes que toleram a seca, a salinidade e o calor extremo, propiciando o cultivo, em regiões adversas, de importantes fontes de calorias para a humanidade.

Esses avanços alcançarão também o Brasil e certamente trarão impactos positivos para o Nordeste e parte da região Sul, onde fatores climáticos têm criado obstáculo ao aumento da produção.

O mais importante: essa segunda revolução verde não se limita a adaptar sementes de arroz a ambientes específicos. Empenha-se em melhorar a qualidade nutricional do produto, e não apenas o número de calorias.

A primeira revolução verde ensejou o debate ambiental, indispensável à supressão de efeitos colaterais nocivos. A segunda revolução ocorre já sob a égide dessa nova ciência, a ecologia, cujos fundamentos acompanham as pesquisas.

Porém, a exploração político ideológica a que o tema tem sido submetido inibe os governos a apoiar as pesquisas genéticas, não obstante os bilhões de vidas que podem salvar. A produção de alimentos, assim como a ecologia, é ciência, não ideologia. Não podem, pois, viver em conflito.

Anteprojeto sobre agrobiodiversidade ignora direitos de agricultores familiares e indígenas. Juliana Santilli – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/06/2014

O Ministério da Agricultura (Mapa) elaborou um anteprojeto de lei para regular o acesso e o uso da agrobiodiversidade. A proposta desrespeita e restringe os direitos dos agricultores familiares, populações indígenas, tradicionais e locais, que são os principais responsáveis pela conservação e uso sustentável da biodiversidade agrícola brasileira.

Artigo de Juliana Santilli, ISA*

O anteprojeto foi elaborado sem qualquer participação das organizações e dos movimentos sociais representativos dessas comunidades. (O anteprojeto e sua exposição de motivos não eram conhecidos do público e podem ser acessados aqui).

Trata-se de uma proposta elaborada exclusivamente pelo e para o agronegócio, e sem qualquer consulta aos demais atores sociais que compõem o rico e complexo universo agrário e agrícola brasileiro. A própria exposição de motivos do anteprojeto reconhece que o texto “foi amplamente discutido com instituições representativas do agronegócio” – como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Frente Parlamentar da Agropecuária – e que “obteve apoio” de todas essas organizações.

E as organizações representativas da agricultura familiar, tradicional e agroecológica? Foram simplesmente ignoradas em um anteprojeto que pretende nada menos do que regular “o acesso ao patrimônio genético destinado à alimentação e à agricultura, aos conhecimentos tradicionais associados, a repartição de benefícios para a sua conservação e uso sustentável”, bem como “implementar os direitos de agricultor previstos no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA)”.

A proposta nega direitos aos agricultores, ao afirmar expressamente que: “o acesso à variedade tradicional, local ou crioula ou à raça localmente adaptada ou crioula para as finalidades de alimentação e de agricultura compreende o acesso ao conhecimento tradicional associado e não depende da anuência do agricultor tradicional que cria, desenvolve, detém ou conserva a variedade ou raça” (art.5º, §1º, **negritos nossos**). A justificativa da exposição de motivos para isso é de que “não importa qual o povo ou comunidade que ‘inventou’ o recurso genético”.

A agrobiodiversidade passa a ser considerada pelo anteprojeto como “bem da União” (art.2º), gerido única e exclusivamente pelo Mapa (art.4º, caput) e sem qualquer participação dos agricultores e de suas organizações. Caberá também unicamente ao Mapa definir como aplicar os recursos destinados à implementação dos direitos de agricultor (art.4º, IX). Ou seja, os agricultores e suas organizações não terão qualquer direito de decidir sobre as formas de utilização de eventuais recursos que lhes sejam destinados por meio do Fundo Federal Agropecuário, administrado também exclusivamente pelo Mapa e sem qualquer participação social.

Promessas vagas

O anteprojeto não prevê benefícios e incentivos concretos para que os agricultores mantenham suas práticas que geram e enriquecem a biodiversidade agrícola. A proposta do Mapa limita-se a promessas vagas de dar preferência na participação em programas

governamentais (art.9º do anteprojeto) e de acesso a uma pequena parcela dos recursos do Fundo Federal Agropecuário (art.6º).

Além de vagas, tais promessas restringem-se aos agricultores “que criam, desenvolvem ou detêm variedades tradicionais ou crioulas” (art.9º, caput). Ora, a todos os agricultores familiares, tradicionais e locais – independente de desenvolver ou não variedades tradicionais – deve ser assegurado o direito de acessar material genético conservado por instituições públicas, de participar de programas públicos de custeio agrícola, de apoio à criação de bancos de sementes locais, de reintrodução de variedades locais etc (art. 9º, IV, V, VI, VII e VIII). Não se trata de qualquer benefício especial, mas de direitos a ser assegurados a todos os agricultores que promovem a conservação da agrobiodiversidade.

A contribuição dos agricultores para a conservação da agrobiodiversidade não se limita ao desenvolvimento de variedades locais, ainda que estas tenham grande importância para a biodiversidade agrícola e a segurança alimentar. Os sistemas agrícolas locais e tradicionais compreendem um rico conjunto de conhecimentos, inovações, práticas de manejo, cultivo e seleção de espécies agrícolas, desenvolvidas pelos agricultores, que geram a enorme diversidade de plantas cultivadas e de agroecossistemas em nosso país. Esses conhecimentos, práticas e inovações são um componente-chave da agrobiodiversidade e não podem ser ignorados por um anteprojeto que pretende regular o acesso e o uso da agrobiodiversidade brasileira.

Se, por um lado, o anteprojeto não recompensa devidamente os agricultores, por outro lado, prevê diversos incentivos fiscais e creditícios (artigos 12 e 13) para as empresas que “investirem em pesquisa e desenvolvimento com agrobiodiversidade nativa”. Trata-se de mais um equívoco do anteprojeto, pois os incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos e processos que agreguem valor à agrobiodiversidade nativa devem promover as inovações desenvolvidas pelos agricultores.

Tratado internacional

Os direitos dos agricultores, de natureza coletiva (como o próprio anteprojeto reconhece), não podem ser implementados de forma tão limitada. Trata-se de uma interpretação distorcida e restritiva do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA), já ratificado pelo Brasil e que o anteprojeto pretende regulamentar no plano nacional (clique aqui para acessar o tratado).

O TIRFAA reconhece os direitos dos agricultores de forma bem mais ampla. O tratado dedica todo o art. 9º ao reconhecimento dos direitos dos agricultores, estabelecendo que: “as partes contratantes (os países que ratificaram o Tratado, como o Brasil) reconhecem a enorme contribuição que as comunidades locais e indígenas e os agricultores de todas as regiões do mundo, particularmente dos centros de origem e de diversidade de cultivos, têm realizado e continuarão a realizar para a conservação e para o desenvolvimento dos recursos fitogenéticos, que constituem a base da produção alimentar e agrícola em todo o mundo”.

O tratado estabelece ainda que a responsabilidade de implementar os direitos dos agricultores é dos países, que devem adotar medidas para proteger e promover os direitos dos agricultores, inclusive:

- (a) proteção do conhecimento tradicional relevante aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;
- (b) o direito à repartição equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;
- (c) o direito de participar na tomada de decisões, em nível nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

Repartição de benefícios

O anteprojeto nega os direitos dos agricultores sobre os seus conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade (art.5º, §1º). Ao regular a repartição de benefícios decorrentes da exploração econômica de produto oriundo da agrobiodiversidade, a proposta deixa a cargo exclusivo do usuário escolher a modalidade de repartição dos benefícios: quem utiliza os recursos da agrobiodiversidade para fins comerciais ou industriais é que escolhe como vai repartir os benefícios gerados, sem que qualquer poder de decisão seja atribuído aos detentores dos recursos e conhecimentos associados à agrobiodiversidade (art.6º caput).

O anteprojeto considera como uma das formas de repartição de benefícios (a ser escolhida pelo usuário) a simples produção do produto (oriundo da agrobiodiversidade) no país (art.6º, I), independentemente de ser comercializado e/ou protegido por direitos de propriedade intelectual. Entre as demais formas de repartição de benefícios, ainda estão previstas a disponibilização do produto sem restrição para pesquisa e melhoramento, o licenciamento livre de ônus, a distribuição gratuita de produtos em programas de interesse social (art. 6º, II, III e IV). Entretanto, diante da possibilidade de que o usuário opte pela repartição de benefícios por meio unicamente da produção do produto no país, é pouco provável que as demais modalidades de repartição de benefícios venham a ser implementadas.

O usuário pode ainda optar por repartir os benefícios pelo pagamento de uma parcela anual de 0,3% da receita ou rendimento líquido obtido com a exploração econômica do produto (art.6º, VI). Tal parcela será depositada no Fundo Federal Agropecuário e será destinada à implementação dos direitos de agricultor. Certamente, haverá pouquíssimos recursos destinados à implementação desses direitos, pois as demais modalidades de repartição de benefícios descritas acima, e que podem ser livremente escolhidas pelos usuários, tendem a ser menos onerosas.

Participação limitada

O anteprojeto também limita a participação dos agricultores na tomada de decisões a assuntos relacionados “à conservação e utilização sustentável das variedades tradicionais, locais ou crioulas, ou das raças localmente adaptadas ou crioulas” (art.9º, III). Ora, o tratado da FAO (art. 9º, c) não restringe o direito de participação dos

agricultores às políticas públicas relacionadas a variedades tradicionais, locais ou crioulas. Tal direito deve ser compreendido de forma ampla e inclusiva e abarcar quaisquer decisões políticas que produzam impactos sobre a agrobiodiversidade nativa e sobre os sistemas agrícolas locais que a conservam e enriquecem. Isto inclui a participação das organizações representativas dos agricultores nos órgãos responsáveis pela elaboração e implementação de políticas de gestão da agrobiodiversidade, que não podem ficar unicamente a cargo do Mapa.

Além disto, o anteprojeto, apesar de afirmar, em sua exposição de motivos, que “se baseia na filosofia do TIRFAA”, em momento algum preocupa-se em implementar as disposições do tratado sobre a conservação e a utilização sustentável da agrobiodiversidade, diretamente associadas à implementação dos direitos dos agricultores familiares, locais e indígenas.

O tratado prevê expressamente a obrigação de todos os países signatários, como o Brasil, de “promover ou apoiar os agricultores e as comunidades locais no esforço de manejo e conservação onfarm [no campo] de seus recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura”, assim como de “promover a conservação in situ dos parentes silvestres de plantas cultivadas, inclusive em áreas protegidas, apoiando, entre outros, os esforços das comunidades indígenas e locais” (art. 5º, c e d).

Além disto, o tratado prevê a obrigação dos países de “promover o fitomelhoramento com a participação dos agricultores, particularmente nos países em desenvolvimento, a fim de fortalecer a sua capacidade para o desenvolvimento de variedades especialmente adaptadas às condições sociais, econômicas e ecológicas, inclusive nas áreas marginais” (art.6º c). Outra obrigação dos países é de “fortalecer a pesquisa que promova e conserve a diversidade biológica, maximizando a variação intraespecífica e interespecífica em benefício dos agricultores, especialmente daqueles que geram e utilizam suas próprias variedades e aplicam os princípios ecológicos para a manutenção da fertilidade do solo e o combate a doenças, ervas daninhas e pragas (art.6º b).

Nenhuma dessas obrigações assumidas pelo Brasil em relação à conservação onfarm e in situ e à utilização sustentável da agrobiodiversidade são sequer mencionadas pelo anteprojeto, apesar de sua enorme importância para os agricultores, para a sustentabilidade socioambiental da agricultura, para o enfrentamento das mudanças climáticas e para a segurança alimentar e nutricional de toda a sociedade.

Protocolo de Nagoya

Finalmente, a exposição de motivos do anteprojeto faz uma afirmação equivocada: a de que a legislação nacional deverá definir normas não só para o acesso “aos recursos genéticos da agrobiodiversidade brasileira por outros países”, como para “o acesso aos recursos genéticos de espécies exóticas por instituições nacionais”.

Ocorre que as condições para o acesso aos recursos genéticos exóticos (originários de outros países), como a soja e cana-de-açúcar, serão determinadas pela legislação do país de origem desses recursos, e não pela legislação brasileira. Alguns setores ligados ao agronegócio têm se posicionado no Congresso Nacional contra a ratificação do Protocolo de Nagoya, que visa promover a implementação do terceiro objetivo da Convenção da Diversidade Biológica (CDB): a repartição justa e equitativa dos

benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos (e dos conhecimentos tradicionais associados). Os setores contrários à ratificação do Protocolo de Nagoya argumentam que a exclusão da soja do sistema multilateral (de acesso facilitado) do tratado criará dificuldades para que as instituições brasileiras acessem recursos genéticos da soja, originária da China, para fins de pesquisa e melhoramento genético.

Esses argumentos não têm fundamento, pois as condições para o acesso aos recursos genéticos da soja serão determinadas pela legislação chinesa, e não pelo Protocolo de Nagoya. Ao ratificar o protocolo, o Brasil estará se comprometendo a respeitar a legislação da China, que – independentemente da assinatura ou não protocolo pelo Brasil – poderá editar normas nacionais sobre o acesso aos seus recursos fitogenéticos de soja. Assinando ou não o Protocolo de Nagoya, o Brasil não poderá violar a soberania da China sobre os seus recursos naturais e fazer coleta de recursos genéticos da soja encontrados em condições *in situ* no território chinês. Evidentemente, o Protocolo de Nagoya só produzirá efeito após a sua entrada em vigor, o que não ocorreu ainda, e não implicará obrigações em relação às variedades de soja já desenvolvidas no Brasil.

Por outro lado, ao deixar de ratificar o Protocolo de Nagoya, o Brasil revela não apenas uma grande incoerência em seus posicionamentos internacionais – pois trabalhou ativamente pela aprovação do protocolo, e depois pode não ratificá-lo internamente – como também perde oportunidades importantes de auferir benefícios (monetários e não monetários) pela exploração do seu rico e diversificado patrimônio genético.

**Juliana Santilli é promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, sócia fundadora do ISA e autora do livro “Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores” (Ed. Peirópolis, 2009)*

Projeto Biomas apresenta resultados com sistemas integrados de produção agropecuária sustentáveis – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Notícias. 24/06/2014

Produtores rurais, técnicos e extensionistas terão a oportunidade de conhecer os resultados preliminares de duas experiências com a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta durante o 1º Dia de Campo do Projeto Biomas – Amazônia. Com o tema “Sistemas integrados de produção agropecuária sustentáveis”, o evento será realizado no dia 27 de junho na Fazenda Cristalina em São Domingos do Araguaia, no Pará.

Na estação do subprojeto "Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF): opção de sistema integrado de produção para pastagens degradadas -" serão apresentados os benefícios da produção agrícola no sistema iLPF e como os pesquisadores estão atuando no experimento.

Conheça um pouco mais sobre a área do experimento

Em 3,5 hectares foi implantando o sistema Integração ILPF com o objetivo de recuperar áreas alteradas e transformá-las em áreas produtivas por meio de sistemas integrados e sustentáveis. O sistema envolveu nessa fase o cultivo de milho e eucalipto em suas entrelinhas. Quando a fertilidade do solo estiver recuperada e as árvores atingirem um

tamanho compatível para o ingresso de animais ao sistema, ocorrerá o semeio da forrageira.

Sistema Silvistoril

Já no experimento “Produção pecuária sob a sombra das árvores e em equilíbrio com o ecossistema” os participantes vão ter acesso às técnicas utilizadas para a melhoria dos sistemas de produção pecuários existentes, o Sistema Silvistoril (SSP), que é utilizado como alternativa à pecuária tradicional e adaptado às peculiaridades e interesses da região.

Foram plantadas árvores em linha (eucalipto e paricá) e cultivado o milho para aproveitamento da área nas entrelinhas. Colhido o milho, a pastagem desenvolveu-se naturalmente. A inserção da pastagem e do componente animal ocorrerá no próximo ano quando as árvores tiverem um tamanho que suporte a convivência com os bovinos de corte.

Cambojanos tentam salvar lago de Tonle Sap de problemas ambientais. Chris Berdik – Folha de São Paulo, Ambiente. 24/06/2014

Quando o sol nasce no Tonle Sap, os pescadores saem de aldeias flutuantes como Akol para verificar suas redes. A cada ano, o lago produz 300 mil toneladas de peixes, o que o torna um dos ecossistemas de água doce mais produtivos do mundo.

Esse fato e as inundações na temporada de monções, que expandem cinco vezes a área do lago em comparação à temporada seca, valeram ao Tonle Sap o apelido de "o coração do Camboja".

Mas o Tonle Sap enfrenta problemas devido à pesca excessiva, ao corte dos manguezais que servem de abrigo aos peixes jovens, à construção de usinas hidrelétricas rio acima e às estações de seca que a cada ano se alongam e se tornam mais quentes.

Keo Mao, 42, pescador de Akol, diz que espera que seus cinco filhos escapem da vida que sustenta sua família há gerações. "O lago já não é tão bom assim", disse.

Agora uma equipe internacional de pesquisadores está ajudando os pescadores locais em um projeto para salvar o Tonle Sap. Os cientistas estão desenvolvendo um modelo de computador para prever como as diferentes escolhas econômicas, regulatórias e de desenvolvimento podem influenciar o ecossistema. Com isso, buscam planejar um caminho sustentável rumo ao futuro.

Os pescadores são indispensáveis ao projeto. São eles quem capturam peixes e registram suas espécies, comprimentos e pesos. Eles também removem as caudas de alguns espécimes para testes de DNA.

A população cambojana cresce 2% ao ano. Muitos dos camponeses que tiveram terras desapropriadas em benefício de grandes empresas de agronegócio migraram para o Tonle Sap. Outros chegaram à região depois de vender terras para pagar dívidas. De 1998 a 2008, o número de pescadores em Tonle Sap cresceu 38%, para 38,2 mil. O número de agricultores que cultivam terras em torno do lago aumentou 33%, para 520,8 mil.

O modelo de computador sobre o Tonle Sap, concebido para procurar pelo inesperado, avaliará se a possibilidade de pesca mais intensa pode, na realidade, resultar em maior número de peixes no lago. Kevin McCann, ecologista da Universidade de Guelph, em Ontário, Canadá, diz que, se os pescadores ficarem com todos os peixes capturados em suas redes, as espécies que sofreriam mais seriam os peixes maiores, que se reproduzem e crescem lentamente. Com menos peixes grandes para comer os peixes pequenos (que se multiplicam mais rápido), o resultado será um número maior de peixes, mas uma perda de biodiversidade.

Ao longo da década passada, dados sugerem que o lago vinha perdendo seus maiores peixes - como bagres de mais de 200 quilos e arraias com envergadura de dois metros- enquanto subia ligeiramente o número de capturas de treyriel, peixe de menor porte.

Os modelos climáticos preveem estações de seca mais longas e quentes no Sudeste Asiático e monções mais intensas. As duas coisas podem perturbar os padrões de migração e desova dos peixes do Tonle Sap, disse SovanLek, da Universidade Paul Sabatier, em Toulouse, França.

"Na Europa, a água pode ir de muito fria a muito quente entre o inverno e o verão", disse. "Aqui, ela é estável ao longo do ano, de modo que a adaptação a uma mudança será mais difícil".

Mais de 70% dos domicílios cambojanos têm renda anual inferior a US\$ 1 mil, e muitos dos pescadores estão endividados, com dívida média de US\$ 780.

As represas em rios da região são muitas vezes descritas como um compromisso entre a produção de eletricidade e a de alimentos. Menos de metade dos cambojanos têm acesso confiável à energia. Blecautes são comuns, e o preço da eletricidade prejudica a economia.

Mas as represas em geral só geram energia por algumas décadas, e o Tonle Sap alimenta o Camboja há séculos. Cerca de 60% dos peixes pescados em água doce no Camboja vêm do Tonle Sap.

O 1,5 milhão de pessoas que dependem diretamente do Tonle Sap, em geral famílias de pescadores e agricultores, são um dos maiores fatores na previsão do futuro do lago. A reação deles às mudanças será crítica. Se o total pescado cair em um terço, por exemplo, os pescadores podem ter de passar mais tempo em seus barcos, se arriscar em águas nas quais a pesca é proibida ou trocar a pesca pelo cultivo do arroz, o que alteraria o ecossistema.

Evan Fraser, geógrafo, explora esses cenários em diálogo com os moradores de Tonle Sap. Suas pesquisas sugerem que as estratégias de adaptação corretas poderiam representar a diferença entre uma transição tolerável e um desastre. "O desafio é administrar a transição", disse. "Não há como detê-la".

FAESC faz reuniões regionais para discutir Cadastro Ambiental Rural – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio Ambiente. 25/06/2014

Capacitar dirigentes e assistentes administrativos dos 97 Sindicatos Rurais é o objetivo das reuniões regionais que a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - FAESC promove a partir de hoje, 25 de junho.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um cadastro eletrônico que deve conter os dados básicos das propriedades rurais. O cadastro é obrigatório a todas as propriedades e posses rurais e os dados informados são declaratórios, de responsabilidade do proprietário ou possuidor rural. Os dados do CAR farão parte do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) que ficará sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama.

O CAR é a principal ferramenta prevista na nova lei florestal para a conservação do meio ambiente, a adequação ambiental de propriedades, o combate ao desmatamento ilegal e o monitoramento de áreas em restauração, auxiliando no cumprimento das metas nacionais e internacionais para manutenção de vegetação nativa e restauração ecológica de ecossistemas.

PROGRAMAÇÃO

A programação será cumprida das 8 às 18 horas de acordo com o seguinte calendário:

25 de junho - na sede do Sindicato Rural de Lages;

27 de junho - no Hotel Golden Executive de São José (Grande Florianópolis);

10 de julho - no Hotel Mogano em Chapecó;

11 de julho - no Hotel Renar em Fraiburgo.

Na primeira parte do encontro serão tratados assuntos da FAESC e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC). A partir das 10h30 inicia o treinamento sobre Cadastro Ambiental Rural (CAR) com técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SDS) do governo estadual que se estenderá até o final das atividades.

Todas as propriedades ou posses rurais devem ser inscritas no CAR. Isso independe da situação de suas terras: com ou sem matrícula, registros de imóveis, ou transcrições.

O presidente do sistema FAESC/SENAR, José Zeferino Pedrozo, explica que o intuito do CAR é a regularização ambiental, e não a regularização fundiária. Assinala que o CAR facilitará a vida do proprietário rural na obtenção de licenças ambientais, pois a comprovação da regularidade da propriedade acontecerá por meio da inscrição e aprovação do CAR e o cumprimento no disposto no Plano de Regularização Ambiental, que será em breve instituído pelo Estado.

Com isso, não haverá mais a necessidade de procedimentos anteriormente obrigatórios, como a averbação em matrícula de Reservas Legais no interior das propriedades. Todo o procedimento para essa regularização poderá ser feito online.

Encontros de povos tradicionais do Sul e Centro-Oeste estão com inscrições abertas – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/06/2014

Instituições têm até o dia 4 de julho para participar da chamada pública que disponibiliza vagas para os eventos

Brasília, 25 – Entidades e instituições que representam povos e comunidades tradicionais têm até o dia 4 de julho para participar da chamada pública que disponibiliza vagas para os Encontros Regionais dos Povos e Comunidades Tradicionais nas regiões Centro-Oeste e Sul. Os eventos serão realizados de 12 a 15 de agosto, em Cuiabá (MT), e entre 25 e 29 do mesmo mês, em Curitiba (PR).

Os encontros têm o objetivo de avaliar e aprimorar a adoção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), com ênfase no acesso aos territórios e regularização fundiária.

A Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), promotora dos eventos, reúne representantes da sociedade civil e de governo. Entre os órgãos envolvidos estão o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que preside comissão, e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela Secretaria Executiva.

São considerados povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e barranqueiros.

Regras para sistemas orgânicos de produção são ajustadas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/06/2014

O novo texto visa estimular a oferta de insumos apropriados aos sistemas orgânicos

A Instrução Normativa (IN) nº 17, de 18 de junho de 2014, trouxe alterações para a IN nº 46, de 6 de outubro de 2011, que trata sobre os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. As principais mudanças estão relacionadas às adequações de práticas, métodos, prazos e insumos, com a intenção de impactar positivamente o setor produtivo, permitindo uma maior expansão.

O ponto mais importante da nova IN é a revogação do prazo para a proibição de uso de alguns insumos importantes, que passaria a contar a partir de dezembro do ano passado. Os mais expressivos referem-se às sementes e mudas não obtidas em sistemas orgânicos de produção, aos excrementos de animais oriundos de fora do sistema orgânico de produção e às vitaminas e pró-vitaminas de origem sintética. Os produtores orgânicos alegavam que o setor produtivo teria um colapso se os prazos limites para a utilização desses insumos fossem mantidos.

A partir de agora, caso o organismo de controle credenciado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento (Mapa) constate a indisponibilidade de sementes e mudas oriundas de sistemas orgânicos ou a inadequação das existentes à situação ecológica da unidade de produção que irá utilizá-las, poderá autorizar a utilização de outros materiais existentes no mercado, dando preferência aos que não tenham sido tratados com agrotóxicos ou com outros insumos não permitidos.

Na produção primária animal, o uso de produtos provenientes de organismos geneticamente modificados, quimiossintéticos artificiais e hormônios somente será permitido quando não houver similar de fonte natural disponível no mercado. O uso de vitaminas, pró-vitaminas e aminoácidos sintéticos só poderá ser utilizado para a prevenção de doenças carenciais que afetem a saúde e o bem estar animal, sendo proibido o uso para aumento de produtividade.

Outra novidade é a introdução da análise de risco das unidades de produção, que deve ser procedida pelos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica quando avaliarem os Planos de Manejo Orgânico apresentados pelos produtores que buscam a certificação dos produtos.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, do qual o Ministério da Agricultura é signatário juntamente com outros nove ministérios e a Secretaria Geral da Presidência, estipulou estratégias e metas para enfrentar esses desafios e estimular a oferta de insumos apropriados aos sistemas orgânicos.

Empresas podem doar crédito de carbono até dia 18. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/06/2014

14 empresas já aderiram ao projeto de compensação das emissões de gases gerados pela Copa do Mundo

O Brasil já compensou nove vezes mais do que o estimado para as emissões diretas de gases de efeito estufa gerados pela Copa do Mundo, mas as empresas têm até o dia 18 de julho para fazer novas doações de crédito de carbono. Até agora, foram compensadas 535,5 mil toneladas de gás carbônico equivalente (tCO₂eq), unidade de medição dos gases que interferem no aquecimento global. O valor ultrapassa as 59,2 mil tCO₂eq estimadas para atividades como obras, uso energético nos estádios e deslocamento de veículos oficiais.

Os números devem continuar a aumentar. Ao todo, 14 empresas aderiram à chamada pública de doação de créditos de carbono, lançada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em abril último. O edital, no entanto, continua aberto até o dia 18 de julho para a entrada de novas entidades. A adesão não envolve qualquer transação financeira e as companhias que participarem da iniciativa receberão o Selo Baixo Carbono, além de serem incluídas em uma listagem organizada pelo poder público como doadoras oficiais de créditos de carbono da Copa do Mundo de 2014.

LEI

A chamada pública é uma ação do governo federal alinhada à iniciativa privada, conforme prevê o Artigo 65 da Lei Geral da Copa. Com isso, companhias de todo o país doaram e ainda podem doar Reduções Certificadas de Emissões (RCE), os créditos de carbono, que são projetos de compensação de emissões certificados pelas Nações Unidas.

As projeções de emissões constam em um inventário coordenado pelo MMA. Segundo o estudo, a Copa deve gerar emissões totais diretas e indiretas da ordem de 1,406 milhão

de tCO₂eq. Do total, 87,1% vêm do transporte aéreo internacional e 9,2%, dos voos nacionais (emissões indiretas). O restante se divide entre hospedagem (1,8%), obras (0,5%) e operações (1,4%). Ao fim do campeonato, será concluído um inventário definitivo com a consolidação das emissões de gases de efeito estufa geradas pelo evento.

SAIBA MAIS

O Protocolo de Kyoto, acordo internacional com metas de redução de gases de efeito estufa para os países desenvolvidos, criou um mercado voltado para projetos de redução da emissão desses gases na atmosfera. Os projetos desenvolvidos no âmbito do MDL geram RCE, também conhecidas como créditos de carbono.

A chamada pública do MMA busca empresas que queiram doar RCE provenientes de projetos brasileiros aprovados pelo MDL. As RCE doadas deverão ter sido canceladas das contas dos participantes de projetos para garantir que elas não sejam usadas futuramente para outros fins.

Apesar de considerado um fenômeno natural, o efeito estufa tem sido intensificado nas últimas décadas acarretando mudanças climáticas. Essas mudanças decorrem do aumento descontrolado das emissões de gases como o dióxido de carbono e o metano. A liberação dessas substâncias decorre de atividades humanas como o transporte, o desmatamento, a agricultura, a pecuária e a geração e consumo de energia.

Veja a lista das empresas que já doaram créditos de carbono:

- Aperam South America
- Arcelormittal Brasil
- Bunge Brasil
- Estre Ambiental S.A.
- Gerdau S.A.
- Plantar Carbon Ambiental Ltda.
- Rhodia Uma Empresa do Grupo Solvay
- Rima Industrial S.A.
- Sinobras Siderúrgica Norte Brasil S.A.
- Solvi Participações S.A.
- Tractebel Energia S.A.
- Usiminas Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
- Vallourec Tubos do Brasil S.A.
- Waycarbon Soluções Ambientais e Projetos de Carbono Ltda.

ONU reforça ação ambiental, mas ricos e emergentes divergem. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Internacional. 30/06/2014

As cabines dos tradutores da Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea) ficam no alto, bem no meio da plenária. Era ali que terminava a sala dois anos atrás. "Tiveram que derrubar a parede e duplicar o espaço", diz um delegado. Foi logo após a Rio+20, quando a representação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), passou de apenas 58 membros para abrigar os mais de 190 membros da ONU.

A universalização do Pnuma, o braço ambiental da ONU, é um avanço concreto que ficou claro na Unea, a primeira grande assembleia ambiental das Nações Unidas em 42 anos de história do órgão. O orçamento do Pnuma também é mais substancial. A fatia que a ONU repassa para os custos fixos do órgão era de US\$ 14 milhões e subiu para US\$ 35 milhões no orçamento previsto para o biênio 2014-2015. O orçamento total do órgão ambiental será de US\$ 670 milhões no biênio 2016-2017 para executar as ações previstas nos seus programas tradicionais e mais 16 decisões que a Unea aprovou na sexta-feira.

As boas notícias terminam por aí. As decisões ambientais que foram decididas por 113 ministros nos cinco dias de conferência em Nairóbi, onde fica a sede do Pnuma, não têm mais que passar pelo crivo da Assembleia Geral das Nações Unidas, como era antes da Rio+20, o que dá peso político ao órgão. Mas, como agora meio ambiente é finalmente discutido pela ótica do desenvolvimento, as decisões ficam à mercê das disputas econômicas entre países.

Prova disso é o documento final dos ministros de meio ambiente. Trata-se de uma mensagem política, que pede à comunidade internacional, por exemplo, ações que combatam o tráfico ilegal de vida selvagem, evitar a perda de biodiversidade ou destravar o acordo climático. Os ministros não fizeram mais do que sua obrigação: alertar o mundo das questões mais dramáticas e pedir soluções.

O tom aquarelado do texto é o problema. Os Estados Unidos sequer deixaram que o documento se chamasse "declaração". Temiam precedentes perigosos em um momento em que se inicia a negociação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a agenda Pós-2015, que servirá de referência para a cooperação internacional nas próximas décadas.

Por pressão dos EUA - que havia sido iniciada pelo Reino Unido (sob olhar silencioso dos europeus), os países em desenvolvimento saíram perdendo. O rascunho do documento ministerial fazia referência ao princípio das Responsabilidades Comuns porém Diferenciadas (CBDR). O conceito, aprovado pela comunidade internacional há mais de 20 anos, diz que todos os países têm que fazer esforços para proteger o planeta, mas reconhece, por exemplo, que o esforço feito pelo Brasil não pode ser o mesmo daquele do Haiti.

O mundo mudou nos últimos 20 anos e CBDR virou uma pedra no caminho dos EUA frente à China. Na Rio+20 foi uma briga de foice para que a sigla aparecesse no documento final. CBDR é princípio basilar para o mundo em desenvolvimento, o governo brasileiro o defende com unhas e dentes. Mas no documento final da UNEA o princípio desapareceu. Os EUA radicalizaram na madrugada de sábado: ou se aprovava o documento sem a referência, ou a UNEA terminava sem declaração dos ministros. Os outros cederam.

Para o grupo dos países em desenvolvimento trata-se de um mau presságio para a negociação da agenda pós-2015 e pior ainda para o acordo climático internacional, que deve ser aprovado em 2015.

A ministra brasileira do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou US\$ 1 milhão para o programa de 10 anos que pretende instalar padrões de produção e consumo

sustentáveis. Aprovado na Rio+20, o plano só tinha US\$ 500 mil em carteira, o que é ridículo para ações que têm que projetar uma mudança econômica global. O anúncio brasileiro foi simbólico, porque os países ricos não investem em uma agenda que diz que devem consumir menos -- os EUA consomem per capita 25 vezes mais que Máli. "Os países ricos têm que liderar esta agenda", alfinetou a ministra em seu discurso. No final do evento, o Japão anunciou US\$ 2,5 milhões neste programa.

O maior trunfo da Unea veio da frente técnica: os governos aprovaram 16 resoluções. Os delegados concordaram, por exemplo, com a proposta dos Estados Unidos de estimular seus governos a criarem políticas públicas para reduzirem emissões de poluentes em vários setores e pediram ao Pnuma que produza estudos. Poluição do ar mata sete milhões de pessoas por ano.

Por proposta da Noruega, a Unea pediu uma ação forte dos governos sobre o impacto nos ecossistemas marinhos de plásticos e microplásticos. Outra resolução quer que os governos ajam para impedir o comércio ilegal de vida selvagem e produtos madeireiros. Também há uma decisão sobre manejo e gestão integrada (com divulgação, participação da indústria e financiamento) de substâncias e resíduos químicos. "São ações para os próximos anos", celebrou Achim Steiner, diretor-executivo do Pnuma e subsecretário das Nações Unidas.

A jornalista viajou a Nairóbi a convite do Pnuma

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa